

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

PAXUCA BARCELLOS SANCHEZ

**OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A PRESENÇA DA
AGENDA 2030 NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS PLURIANUAIS DOS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE– 2022 A 2025**

PORTO ALEGRE

2022

PAXUCA BARCELLOS SANCHEZ

**OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A PRESENÇA DA
AGENDA 2030 NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS PLURIANUAIS DOS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE– 2022 A 2025**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Pazini Papi

PORTO ALEGRE

2022

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A PRESENÇA DA AGENDA 2030 NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS PLURIANUAIS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE– 2022 A 2025

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação aprovado para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela banca examinadora formada por:

Porto Alegre, 13 de Outubro de 2022.

**Profa. Dra. Luciana Pazini Papi,
UFRGS/RS**

Prof. Dr. Diogo Joel Demarco, UFRGS/RS

**Profa Dra. Jaqueline Marcela Villafuerte
Bittencourt, UFRGS/RS**

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a mim, pela contribuição e esforço pessoal, particular e intransferível. À minha mãe Vera, minha tia Doris e meu tio Jaques, minhas irmãs Pauini, Pilar e Pauxiana, meus filhos Ysla e Othon, meus sobrinhos Maria Estela e João Miguel.

Àqueles que já deixaram o corpo material, mas acompanham a essa aprendiz na vibração do amor e da boa companhia: meu finado marido Marcelo, meu pai George, meu finado tio Raul, minhas avós Hilda Edith Simon e Nair Barcellos, meu avô Noé Barcellos, meu primo Antônio Alberto, todos eternamente especiais.

Aos queridos primos Sonia e Felipe. Aos mestres queridos, com carinho. Para esta geração, e para a futura, dedicado àqueles que cuidam e preservam o lugar onde vivem. Viva as sociedades alternativas!

AGRADECIMENTOS

Em especial eu quero agradecer aos professores, mestres, doutores que fizeram parte da minha graduação em Administração Pública e Social. O curso ganhou relevância na medida em que o tempo passou. A sabedoria que compartilhamos alimentou minha alma, preencheu espaços da mente que eu sequer sabia vagos. Cada aula, cada lição, cada questionamento, serviu de degrau para o dia de hoje. Sempre no fim da aula fica mais fácil entender. As vezes, só quando chega em casa é que a lição faz sentido, e surge a pergunta. Mas, você leva o questionamento e adormece. A mágica está no despertar do outro dia, com a continuidade do estudo e a observação da vida, surge a resposta. E na próxima aula você está mais lúcida, crítica e consciente. Gratidão pelo ensinamento do exercício do livre pensar.

Aos meus pais, Vera e George, eu agradeço o sopro de vida que me deu o impulso de chegar até aqui. Gratidão mãe e pai.

Aos meus familiares, agradeço a presença e o apoio em todas as horas.

Em especial, e principalmente para Ysla e Othon, minha filha amada e meu filho amado. Obrigada por ABSOLUTAMENTE TUDO.

EU AMO VOCES!

RESUMO

Diante do contexto regional de escassez hídrica previsto reiteradamente para o Estado do Rio Grande do Sul há pelo menos cinco anos, adicionado à amplitude da desigualdade social brasileira e, ao aumento dos eventos climáticos catastróficos nacionais e internacionais neste mesmo período, este trabalho propõe identificar qual a presença dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na elaboração dos Planos Plurianuais da Região Metropolitana de Porto Alegre, de 2022-2025, como forma de perceber os esforços das municipalidades para a realização destes objetivos, contidos na Agenda 2030. Uma agenda de apelo global, para erradicar a pobreza e garantir que as pessoas possam desfrutar de qualidade de vida e ambiental em todos os lugares. Ratificada em 2015 por 193 Países-Membros, signatários da Carta das Nações Unidas, a Agenda 2030 é composta por 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e 169 metas que têm a pretensão de serem realizadas até 2030. Uma das diretrizes é orientar as localidades, ao redor do mundo, para a elaboração e implementação de ações, programas ou políticas públicas que viabilizem a realização desta agenda. No Brasil, considerando a legislação federal, o Plano Plurianual representa o instrumento de planejamento governamental construído para o estabelecimento das prioridades políticas e orçamentárias referentes aos quatro anos de cada nível de governo (federal, estadual e municipal). Espera-se que o Plano Plurianual estabeleça as diretrizes estratégicas dos governos, identificando o projeto de desenvolvimento desejado. Sendo assim, o escopo deste trabalho tem foco nos 34 municípios integrantes da Região Metropolitana de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, e seus respectivos planos plurianuais em ocorrência no período de 2022-2025. Paralelamente buscou-se entender como os níveis federativos do Estado e da União cooperaram para a incorporação dos ODS pelos municípios. Foi realizado um estudo documental de casos múltiplos, onde foram analisadas e categorizadas as informações contidas em cada plano plurianual. O resultado obtido confirma a baixa presença dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável como diretriz estratégica dos governos locais. Com os resultados deste estudo, a expectativa é contribuir para a construção de agendas metropolitanas comuns que possibilitem o planejamento sistêmico e integrado, orientado para o desenvolvimento sustentável das regiões e, principalmente, colaborando com as agendas multilaterais.

Palavras-chave: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Plano Plurianual – Planejamento Governamental Municipal

ABSTRACT

Given the regional context of water scarcity repeatedly predicted for the State of Rio Grande do Sul for at least five years, added to the extent of Brazilian social inequality and, to the increase in national and international catastrophic climatic events in the same period, this work proposes to identify which the influence of the 17 Sustainable Development Goals in the elaboration of the Multiannual Plans of the Metropolitan Region of Porto Alegre, from 2022-2025, as a way of perceiving the efforts of the localities to achieve these goals, contained in the 2030 Agenda. An agenda of global appeal, to eradicate poverty and ensure that people can enjoy peace and prosperity everywhere. Ratified in 2015 by 193 Member States, signatories of the United Nations Charter, the 2030 Agenda is composed of 17 Sustainable Development Goals and 169 goals that are intended to be achieved by 2030. One of the guidelines is to guide the localities around of the world, in the elaboration and implementation of actions, programs or public policies that make possible the accomplishment of this agenda. Considering the Brazilian federal legislation, the Pluriannual Plan represents the governmental planning instrument built for the establishment of political and budgetary priorities referring to the four years of each government level (federal, state and municipal). It is expected that the Multiannual Plan will establish strategic guidelines for governments, identifying the desired development project. Therefore, the scope of this work focuses on the 14 municipalities that make up the Metropolitan Region of Porto Alegre, located in the State of Rio Grande do Sul, and their respective multi-annual plans in place in the period 2022-2025. A multiple case study was carried out, where the information contained in each multi-annual plan was analyzed and categorized. The result obtained confirms the low/null presence of the 17 Sustainable Development Goals as a strategic guideline for local governments. With the results of this study, the expectation is to contribute to the construction of common metropolitan agendas that enable systemic and integrated planning, oriented towards the sustainable development of the regions and, mainly, collaborating with more multilateral agendas.

Keywords: Sustainable Development Goals – Multiannual plan – Government Planning

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO GOVERNAMENTAL: UMA DISCUSSÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL.....	15
2.1 A ONU E A DIFUSÃO DAS AGENDAS DE DESENVOLVIMENTO	19
2.3 A AGENDA 2030 E OS 17 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS).....	23
3. METODOLOGIA	25
4. A ADOÇÃO DOS ODS NO PPA FEDERAL E ESTADUAL	28
4.1 A CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO	28
4.2 A CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO.....	31
4.3 PANORAMA DO PLANEJAMENTO NA RMPA.....	35
4.4 A PRESENÇA DOS ODS NOS PLANOS PLURIANUAIS DA RMPA.....	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
6. REFERÊNCIAS:	71

1. INTRODUÇÃO

Na história da América Latina, o planejamento governamental inicialmente foi centralizado e desenvolvido por uma elite burocrática (MATUS, 1993), com o propósito de fazer avançar os grandes projetos de crescimento e desenvolvimento econômico dos países. Como exemplo, o Brasil tem na sua história os investimentos planejados desde o centro, no contexto desenvolvimentista que impulsionaram a industrialização, o crescimento e o desenvolvimento econômico nacionais culminando na década do “milagre econômico”.

Mas, no contexto mundial atual, o crescimento econômico acelerado causado pela industrialização intensiva, e a exploração degradante dos recursos naturais, trouxe consigo o crescimento acelerado de impactos sociais e ambientais que demandaram atenção urgente do Estado.

A Comissão Econômica Para América Latina (CEPAL), em reunião preparatória para a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia, (1972)¹, argumentou que o subdesenvolvimento condicionava as características dos problemas ambientais na AL e que a única alternativa desses países era priorizar o desenvolvimento. As políticas de planejamento deveriam, assim, garantir a eficiência da produção e a competitividade, apesar do alto custo de contaminação atmosférica e hídrica nos territórios desenvolvidos (DUARTE, 2015). Emergia nesta época uma corrente de pensamento mundial com enfoque do planejamento orientado para as questões ambientais.

¹ A conferência de Estocolmo ficou assim conhecida por ter sido realizada na cidade de Estocolmo, capital da Suécia, considerada pelo atores como território neutro. Foi convocada pela ONU, e ocorreu entre os dias 5 a 16 de Junho de 1972. *“Estocolmo representou o primeiro levantamento do impacto humano global no meio ambiente, uma tentativa de forjar uma visão comum sobre como enfrentar o desafio de preservar e melhorar o ambiente humano.”* Fonte: Handl(2012), extraído de Biblioteca audiovisual de Direito Internacional, ONU, 2022..

Na perspectiva governamental, quando se trata de atingir objetivos, o planejamento é ferramenta indispensável à consecução da governabilidade² e da governança³. Portanto, no caso brasileiro, é indispensável que todos os níveis governamentais, União, Estados e Municípios, planejem seus governos de acordo com as demandas de seus territórios.

Em meio ao processo de descentralização administrativa ocorrido na década de 1980, entendeu-se que tanto os objetivos do planejamento, quanto o seu modelo necessitavam de reformas para atender melhor as necessidades da população. A partir do novo texto constitucional de 1988 (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988), o planejamento passou por reformas, assim como todo o entendimento sobre o papel do Estado e do desenho federativo.

Com efeito, o município passou a ser considerado como ente subnacional da federação dotado de responsabilidades e competências para a execução de políticas públicas, bem como para a promoção e a garantia dos direitos fundamentais e sociais expressamente determinados pela própria Constituição (ABRÚCIO, 2010; PAPI *et al*, 2020). O município é responsável por atender o cidadão brasileiro nos seus direitos, e fiscalizar que se cumpram também os deveres da cidadania. Dentre as competências e atribuições impostas aos municípios está a necessidade de planejar a gestão, bem como providenciar sua articulação ao orçamento através da elaboração de três instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) (BRASIL, 1988).

O PPA é considerado um dever de Estado com caráter determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, com vigência limitada a quatro anos.

² Capacidade de um sistema político produzir políticas públicas que resolvam os problemas da sociedade (SANTOS, 1997)

³ “A origem da governança está associada ao momento em que as organizações deixaram de ser geridas diretamente pelos proprietários passando à administração de terceiros, em muitos casos havendo divergência de interesses entre ambos, decorrentes do desequilíbrio da informação poder e autoridade.” O conceito ganhou relevância nos últimos trinta anos a partir de organizações privadas. Berle e Means (1932) consideram que é papel do Estado regular as organizações privadas. Para saber mais, ver “Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública”. (TCU, BRASIL, 2014)

Tem como função estabelecer as diretrizes, os objetivos e as metas de médio prazo da administração pública (BRASIL, 1988). LDO e LOA estão interligadas ao PPA na medida em que as leis versam unicamente sobre as ações e programas já inseridos no PPA, sendo aprovadas anualmente no decurso do plano. Uma vez formulado o PPA, a LDO identifica quais são as ações prioritárias para o exercício fiscal, criando o elo entre os objetivos expressos no PPA e na Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo este último instrumento o executor do plano de trabalho que dispensará materialmente os recursos necessários (GONTIJO, 200?).

Nessa linha, na atualidade os governos locais brasileiros se vêm sensibilizados a planejar mais do que o orçamento. Abranger o escopo do planejamento orientado para o desenvolvimento sustentável é uma premissa cuja dimensão está presente através de acordos, pactos e políticas multilaterais de cooperação internacional. Considerando que as mudanças climáticas têm impulsionado o poder público, a sociedade humana, e o grande mercado mundial à realização de planos com ações urgentes e pontuais dentro de seus territórios, está em vigor a Agenda 2030 e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). É uma agenda concebida sob a forma de um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade (ONU, 2015). Foi definida em 2015, ratificada por 193 Estados-Membros signatários da Carta das Nações Unidas, durante Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Contém 17 objetivos e 169 metas, cuja base são os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (ONU, 2000), que estiveram vigentes entre os anos 2000 a 2015.

O PPA enquanto agenda pública oficial de desenvolvimento nacional, associado à agendas públicas globais, deveria refletir a capacidade do poder público de contribuir com o alcance dos objetivos de sustentabilidade subscritos pelo Brasil com relação a Agenda 2030. Ao Brasil, como Estado-Membro da ONU, e aos estados brasileiros como membros da República Federativa do Brasil, cabe o dever de cumprir os compromissos pactuados e buscar os meios de implementar as políticas públicas necessárias que contribuam para a realização desta agenda global. Em face da questão territorial, cumpre que os ODS estejam de acordo com a regulamentação administrativa e política vigentes nos países onde operam. No caso

brasileiro, o instrumento de planejamento governamental que rege o desenvolvimento nacional dentro dos limites constitucionais é o Plano Plurianual (BRASIL, 1988)

Houve um grande avanço dos ODS (ONU, 2015) em relação aos ODM (ONU, 2000), de acordo com relatório emitido pela Agência Nacional de Águas (ANA, 2019, p.9), no sentido de trazer a questão da água e do saneamento para o centro da discussão. A partir da elaboração dos ODS, o tema da água que antes se limitava ao acesso aos serviços de saneamento, passa a ser central na discussão. Adicionalmente, dados da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) revelam que o Rio Grande do Sul enfrenta um evento crítico de estiagem desde Novembro de 2019. O Boletim Especial sobre Estiagem no Rio Grande do Sul (2021) avalia os efeitos da estiagem de novembro de 2019 a julho de 2021, principalmente quanto às chuvas e a disponibilidade hídrica. O prognóstico hidrológico relatado no estudo confirma a condição de estiagem consolidada nas bacias gaúchas, e que o cenário previsto de chuvas é insuficiente para que a recarga hídrica aconteça.

A estiagem no Rio Grande do Sul segue em curso desde 2019, com alguns períodos de rápida/momentânea melhora, conforme a passagem de sistemas frontais e formação de áreas de instabilidades que são os mecanismos que favorecem as precipitações. Neste período, o estado do Rio Grande do Sul enfrentou estiagem agrícola com uma importante quebra na safra 2019/20, passou por inundação histórica em julho de 2020 devido à atuação de dois ciclones extratropicais, para em seguida, voltar ao agravamento do quadro de baixa disponibilidade hídrica em todas as regiões com impactos no abastecimento e geração de energia em função da atuação da La Niña e por fim, no atual momento, mesmo sob a condição de normalidade climática, seguir com déficit hídrico em todo o Estado. [...] O prognóstico climático sugere, mais uma vez, que a recarga hídrica das bacias não será possível dada a chuva insuficiente, e, em razão do aumento da demanda hídrica em função do calendário de plantio (sobretudo arroz e soja) há risco substancial de comprometimento da disponibilidade hídrica nas bacias gaúchas, demandando ações de gestão e regulação de recursos hídricos, principalmente nas bacias com conflito de uso da água (RIO GRANDE DO SUL, 2021, p. 18).

Porque a água é o elemento transversal à (re)produção da vida no planeta, este estudo tem como enfoque os ODS relacionados ao tema da água, descritos nos ODS 6 – Água potável e saneamento, ODS 14 – Vida na água. Outrossim, colaborando com o andamento da pesquisa em curso do Núcleo de Pesquisa em Gestão Municipal da Escola de Administração da UFRGS (NUPEGEM), também

serão abordados os ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, e 17 – Parcerias e meios de implementação.

Atento a escassez de pesquisas sobre o tema “planejamento governamental” na agenda pública contemporânea da esfera municipal, este trabalho tem como problema de pesquisa, entender: qual a presença da Agenda 2030 e dos 17 ODS na elaboração dos PPA’s dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)?

Paralelamente buscou-se entender como os níveis federativos do Estado e da União cooperaram para a incorporação dos ODS pelos municípios, e como estão formalizados nestes documentos municipais.

A partir da identificação da Agenda 2030 no PPA estadual para o quadriênio 2020-2023, este estudo sugere a hipótese de que os PPA’S da RMPA para o triênio 2022-2025 contém expressamente os ODS. A segunda hipótese está relacionada a existência da falta de coesão dos elementos formais dos planos municipais em relação aos ODS, dado que estudos mostram frágil estruturação entre esses elementos (LIMA, PAPI e DEMARCO, 2020).

O que se pretende com esse trabalho é validar o entendimento de que o PPA deve coexistir e contribuir para o desenvolvimento integrado dos territórios em suas singularidades e complexidades, como via de acesso para a realização dos 17 ODS e de outras agendas vindouras.

Além disso, o trabalho busca contribuir com o avanço de investigações empíricas, dada a relevância do tema na Administração Pública, principalmente quando aliada a agendas multilaterais orientadas para o desenvolvimento sustentável. Portanto, inclui-se na agenda de pesquisa do NUPEGEM de debate sobre o planejamento governamental, federalismo e capacidades estatais. Iniciado em 2017, o núcleo pretende compreender como os municípios brasileiros elaboram, monitoram e avaliam seus PPA’s.

Para atender aos objetivos do estudo, na seção seguinte será apresentada uma revisão histórica e conceitual sobre planejamento estratégico governamental, que será acompanhado da contextualização sobre o que é a ONU e a difusão das agendas globais de desenvolvimento. Na seção 3 será descrita a

metodologia, seguida pela seção 4 que apresentará a análise dos resultados. E por fim, na seção 5 as considerações finais.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO GOVERNAMENTAL: UMA DISCUSSÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL

Até as primeiras décadas do século XX, a promoção do progresso esteve a cargo das forças da economia de mercado. Sem a iniciativa reguladora do Estado, as ações econômicas dependiam quase exclusivamente de um mercado auto-regulado, onde não havia política pública que contornasse tais ações (HEIDEMANN, 2009). Ademais, o esforço de industrialização não fazia parte de um projeto integrado de desenvolvimento que considerasse outras esferas sociais tais como educação, saúde ou meio ambiente. No entanto, nos anos 1930 em face da crise internacional (crash da bolsa de NY) essa perspectiva se modifica. Assim, a ação política dos governos voltada para gerar a recuperação econômica, fez emergir o papel do Estado e reduzir a importância do mercado auto-regulado na vida humana associada (HEIDEMANN, 2009, LIMA e PAPI, 2020 *apud* BIELCHOWSKY, 2004). Com isso, os aparatos de planejamento começam a crescer e a ser amplamente utilizados no mundo ocidental, como estratégia para superação da crise.

Com efeito, a revolução bolchevista de 1917, fundada em um padrão de planejamento conhecido como *planificação*, pautado em práticas de planejamento centralizado e formulado por uma cúpula política de vanguarda (LIMA e PAPI, 2020) passou a influenciar o mundo ocidental. A partir de 1920, identificado como um instrumento com potencial para a consecução das metas econômico-produtivas, para a restauração dos níveis de produção afetados nos períodos de guerras, revoluções, contrarrevoluções, e ainda para melhorias da produção agrícola e da industrialização, o planejamento gerou efeitos socioeconômicos positivos nos países do bloco socialista e ocidental (DAGNINO, 2012, p.22). De acordo com De Toni (2021), o planejamento enquanto capacidade governamental está associado a efetividade das políticas públicas:

[...] abrangendo um conjunto de referenciais teóricos, processos administrativos e a aplicação de ferramentas e técnicas organizacionais com o objetivo de definir uma visão de médio e longo prazo. Portanto, as ações de governo devem ser precedidas de um processo reflexivo consciente à medida em que, na administração pública, o planejamento se confunde com o exercício fático de governo dado que a produção de políticas sob a égide da autoridade estatal rege-se por normas e regulamentos, que obrigam à reflexão prévia das ações (DE TONI, 2021).

Planejar é tentar submeter o curso dos acontecimentos à vontade humana (MATUS, 1993). Com base em esforços e métodos para se alcançar um objetivo, Matus (1993) defende que o planejamento quando compreendido como um processo social envolve variáveis que sugerem que o movimento é a lei de sua plena existência. Ou seja, o objeto do plano não é um alvo fixo sob a mira do planejador, merecendo análise e revisão constante e contínuas. No âmbito da administração pública, o planejamento deve elucidar o plano político do projeto eleito, elencar o futuro desejado pela sociedade (projeto de desenvolvimento) e como atingir esses objetivos. Por essa razão analisar como os projetos de desenvolvimento estão contidos nos planos é fundamental.

No caso brasileiro, Rezende (2011) destaca que as medidas adotadas pelo governo Getúlio Vargas, na década de 1930, constituem um marco no processo de intervenção do Estado na economia com a finalidade da promoção do desenvolvimento. Papi et al (2020, p. 30) enfatizam que as primeiras experiências brasileiras de planejamento governamental estão ligadas ao esforço de construção do *state-building* no período conhecido como a Era Vargas (LIMA e PAPI, 2020). Neste período, quando a Grande Depressão foi enfrentada nos EUA, no Brasil iniciou-se um período de regulação da economia (HEIDEMANN, 2009). Em resposta às crises que expunham a dependência brasileira ao exterior, o governo criou, em 1934, o Conselho Federal de Comércio Exterior, que pode ser considerado o primeiro órgão governamental com funções típicas de planejamento. Com competência técnica para análise de problemas e proposição de soluções, sua atribuição principal era formular políticas econômicas orientadas para a redução da dependência externa. A criação do DASP (1938) e de outros órgãos públicos com funções de regulação contribuíram para a elaboração dos primeiros planos da história do planejamento brasileiro (REZENDE, 2011, P 177-178).

No período que compreende os anos de 1940 a 1970, Almeida (2006, p. 193) revela que o Brasil empreendeu diversas tentativas de planejamento do futuro e de organização do processo de desenvolvimento econômico. A idéia de planejamento emerge de modo global e integrado a partir de 1964, com a criação do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, embora o país já houvesse experimentado anteriormente alguns esforços políticos de alcance desigual.

[...] de 1934 a 1945, abrangendo o Estado Novo e tendo como órgão central o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), ademais de algumas comissões criadas, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial; [...] 1946 a 1956 e representaria, de certa forma, uma transição entre tentativas de implantação de um órgão central de planejamento e uma intensa fase de reorganização administrativa; [...] 1956 e 1963, “caracterizando-se pela criação de órgãos centrais estabelecidos em função de planos, mais do que de planejamento”; e, finalmente, o quarto período, que tem início em 1964, com os governos militares, representando um esforço inédito de planejamento global, com o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), continuado por meio dos PND I e II3 (ALMEIDA, 2006, p. 194-195).

Então, se é possível afirmar que na primeira metade do século XX há uma correlação positiva entre tamanho do Estado, planejamento e desenvolvimento, a crise da década de 1970 representa o questionamento das possibilidades do planejamento como instrumento de operacionalização da mudança social, uma vez que há um privilegiamento do livre mercado enquanto mecanismo ótimo para alocação de recursos (PAPI *et al* 2020, p.20).

Este estudo reconhece que com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a redemocratização do Estado brasileiro, a complexificação das demandas sociais, assim como, as configurações da administração pública brasileira ainda hoje estão adequando-se à realidade social do país. Embora algumas metas tenham sido alcançadas com as experiências de planejamento governamental realizadas, a sociedade brasileira permanece em compasso de desigualdade.

O processo de descentralização das competências e das responsabilidades entre os entes federados proposto pela CF, substituiu a obrigatoriedade dos planos nacionais de desenvolvimento (PND's) pela obrigatoriedade da elaboração dos planos plurianuais (PPA) em todas as esferas da federação (PAP *et al* 2020, p. 34).

O desafio atual é, portanto, apresentar um plano com uma visão de futuro e um sentido estratégico que favoreça o desenvolvimento e manifeste ser mais do que ser uma peça burocrática de orçamento. Este estudo reconhece, também, que o município conquistou relativa autonomia administrativa e fiscal, além da possibilidade de definir o seu planejamento local. Contudo segue tutelado pelos entes supranacionais na medida em que depende da transferência de recursos. Este modelo de planejamento fragmentado aponta os diferentes projetos e estruturas de governo conviventes dentro do território nacional, principalmente no que tange a elaboração dos planos.

No caso do Rio Grande do Sul, a introdução do planejamento estruturado como instrumento facilitador da ação do governo no Estado tem seu marco na data de 08 de Agosto de 1969, quando foi criada a Secretaria de Coordenação e Planejamento, com a finalidade de receber as centrais dos sistemas de planejamento, o orçamento-programa, a estatística e a pesquisa científica. Dentre as atribuições da recém criada secretaria, as principais seriam desenvolver a política de desenvolvimento estadual, a coordenação do plano de governo, os orçamentos plurianual e anual, a integração de planos e a organização administrativa (Rio Grande do Sul, 2008). Com a promulgação da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul (1989), houve a definição da política de desenvolvimento em nível regional (RIO GRANDE DO SUL, 1989). Entre o fim da década de 1990 e início dos anos 2000, houve maiores incentivos para a participação popular, a inserção de mecanismos de avaliação das políticas públicas, o avanço do controle social, os programas voltados para as realidades locais, e a coalizão em torno do PPA e da ideia do planejamento (ABRÚCIO, 2010).

Para 2020-2023 o PPA do Rio Grande do Sul reconhece os esforços destinados a promoção do desenvolvimento em escala global, organizados principalmente pela ONU, e recapitula as histórias das iniciativas de desenvolvimento sustentável pelo mundo, como a Conferência de Estocolmo em 1972, Rio 92, os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio no ano 2000 (ODM), e agora a Agenda 2030, promulgada em 2015, que contempla os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (RIO GRANDE DO SUL, 2019, p. 65).

Na etapa de elaboração do PPA estadual, incentivou-se que os municípios inserissem em seus PPAS as iniciativas que contribuíssem para a consecução de um ou mais ODS. Assim sendo, as iniciativas identificadas receberam o selo ODS e destaque no Projeto de Lei (RIO GRANDE DO SUL, 2019, p. 18).

Abaixo será identificado como a agenda do desenvolvimento sustentável foi se constituindo até chegar a ser uma obrigação do planejamento governamental subnacional.

2.1 A ONU E A DIFUSÃO DAS AGENDAS DE DESENVOLVIMENTO

Ao longo do século XX, o uso abrangente da água para a fabricação de artefatos bélicos nos períodos de guerra, o despejo de rejeitos de mineração contendo metais pesados nos rios, a poluição atmosférica causada pela emissão de gases oriundos da queima de combustíveis fósseis, geraram preocupação em escala global culminando na realização de conferências mundiais sobre a paz, a segurança e o clima.

A história da ONU revela que sua fundação aconteceu no ano de 1945, corroborando o esforço mundial coletivo orientado para a manutenção da paz, na busca de reconstruir as nações atingidas pelo período da II Grande Guerra Mundial. Representantes de cinquenta nações estiveram reunidos na Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, ocorrida na cidade de São Francisco nos Estados Unidos, e por unanimidade concordaram com a Carta das Nações Unidas e a nova Corte Internacional de Justiça. O evento ficou conhecido também como a Conferência de São Francisco. Na Carta das Nações Unidas, o artigo primeiro elenca o principal objetivo a ser perseguido:

Artº. 1 Os objetivos das Nações Unidas são: Manter a paz e a segurança internacionais e para esse fim: tomar medidas coletivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão, ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos, e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajustamento ou solução das controvérsias ou situações internacionais que possam levar a uma perturbação da paz. (ONU, 1945).

Nesta linha de avanço sobre os tratados internacionais, em 1968 a assembléia geral da ONU decidiu convocar uma conferência global programada para ocorrer em 1972 na cidade de Estocolmo, capital da Suécia. O objetivo principal era “servir como um meio prático para incentivar e fornecer diretrizes para proteger e melhorar o ambiente humano, e para remediar e prevenir a sua deterioração” (HANDL, 2012). A proposta surgiu a partir da UNESCO, um braço da ONU para a educação, ciência e cultura, que pretendia a elaboração uma declaração universal sobre a proteção e a preservação do meio ambiente humano. Esse foi o ponto de partida para a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (BRASIL, ANA, 2002) proporcionando maior compreensão sobre o modo de ver e perceber o meio ambiente. Em 1982 foi realizada uma avaliação em relação ao que ficou estabelecido em Estocolmo, donde se constituiu a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, implementada em 1983. Mas foi em 1987 que a comissão divulgou o Relatório Nosso Futuro Comum⁴ contendo, entre as suas principais recomendações, a convocação de uma nova conferência mundial que direcionasse os assuntos do relatório. Foi também neste relatório que despontou o conceito de desenvolvimento sustentável:

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: i) o conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; ii) a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 46)

⁴ O Relatório Nosso Futuro Comum (Our Common Future) é também conhecido como Relatório Brundtland, em referência à presidente da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, a então primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland (BRASIL, ANA, 2002).

Sachs (2005) defende que o conceito de desenvolvimento sustentável é multidimensional. Contudo são três as principais dimensões: a econômica, a social e a ambiental.

Após a publicação do relatório, em 1990 a assembléia geral da ONU convocou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que foi realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992, ficando popularmente conhecida como Rio-92⁵. O propósito era promover e desenvolver mais intensivamente o direito ambiental internacional, e elaborar direitos e obrigações gerais de Estado com relação ao meio ambiente (HANDL, 2012). Na ocasião preparatória para a Conferência Rio 92, o professor Handl (2012) da Universidade de Tulane em Los Angeles, descreve que houve a proposição de um projeto de texto que definia uma Carta da Terra, tendo sido rejeitado porque fora considerado, por 77 países em desenvolvimento, como desequilibrado pelo fato de apontar prioridade para as questões ambientais. Na Rio-92 foram elaborados e divulgados cinco documentos: i) A Agenda 21, ii) Declaração do Rio, iii) Declaração de princípios sobre florestas, iiiii) Convenção sobre diversidade biológica, iiiii) Convenção-Quadro sobre mudanças climáticas. O destaque ficou com a Agenda 21 e a Declaração do Rio, respectivamente um programa de ação global e um conjunto de princípios para conduzir a interação dos seres humanos com o planeta (ANA, 2002).

No ano 2000, no contexto de avaliação da implementação da Agenda 21, foram identificadas dificuldades para alcançar a equidade social e reduzir a pobreza. A Cúpula do Milênio, em assembléia realizada na cidade de Nova Iorque, elaborou e divulgou 8 Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM): 1) acabar com a fome e a miséria, 2) educação básica de qualidade para todos, 3) igualdade entre sexos e valorização da mulher, 4) reduzir a mortalidade infantil, 5) melhorar a saúde das gestantes, 6) combater a AIDS, a malária e outras doenças, 7) qualidade de vida e

⁵ A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992 ficou conhecida também como A Cúpula da Terra (ANA, BRASIL, 2002).

respeito ao meio ambiente, 8) todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento, de acordo com imagem representada abaixo.



Figura 1. Imagem ilustrativa referência dos 8 ODM. Fonte: BRASIL, 2015.

A Cúpula do Milênio estabeleceu a convocação para a conferência seguinte, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável⁶, realizada em 2002 na cidade de Joanesburgo, África do Sul (ANA, BRASIL, 2002). O propósito para Joanesburgo era reivindicar a adoção das medidas já adotadas nas conferências anteriores, particularmente a execução das metas estabelecidas na Agenda 21 (revista de relações exteriores). Nota-se que o conceito do desenvolvimento sustentável ganha amplificação e passa a ser reconhecido compondo a própria nomenclatura da conferência.

Após Joanesburgo (2002), a próxima Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável⁷ foi novamente sediada no Rio de Janeiro, tendo acontecido em 2012. Com evidente celeridade em relação aos processos avaliativos relacionados às conferências, em 2015 foi realizada nova assembléia geral, em

⁶ A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável ficou conhecida como Rio+10, por ter ocorrido dez anos após a Rio-92 (Revista de Relações Exteriores (BRASIL, 2021).

⁷ A Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável realizada no Rio de Janeiro em 2012 ficou popularmente conhecida como Rio+20 (ONU, 2022).

Nova Iorque, resultando disso a elaboração e divulgação da Agenda 2030 e dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015).

Em linhas gerais, essa contextualização histórica demonstra que os esforços mundiais direcionados para a preservação do ambiente humano estão na pauta há pelo menos meio século. Neste ínterim, o conceito do desenvolvimento que esteve associado meramente ao crescimento econômico das nações, ora regido pelos indicadores de PIB e PIB per capita, sofreu revisão e foi complementado com a palavra sustentável. Para Sachs (2005), o desenvolvimento não se confunde com crescimento econômico, e ainda, que o desenvolvimento sustentável depende da capacidade das civilizações humanas de fazer bom uso da natureza (SACHS, 2005, p. 214). O conceito de desenvolvimento sustentável consagrado no relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1987, buscou compatibilizar o crescimento econômico com a preservação ambiental. As disputas entre defensores do “crescimento zero” e desenvolvimentistas caracterizaram a inserção da temática ambiental na agenda internacional desde a Conferência de Estocolmo em 1972 (RAMIRO, 2021 *apud* SACHS, 1993; MUELLER, 2012).

2.3 A AGENDA 2030 E OS 17 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

É notável como o planejamento da ONU desenvolveu-se até a criação da mais recente agenda pública mundial. Às vésperas da conferência de 2012, no Rio de Janeiro, Sachs (2011, p. 169) observou o quanto necessária é a aprendizagem relacionada ao planejamento.

O que precisamos no presente e no futuro é um planejamento democrático, que permita associar quatro tipos de protagonistas: o Estado, a meu ver o estado desenvolvimentista; os empresários; os trabalhadores e a sociedade civil organizada (SACHS, 2011, p. 169).

Os 17 ODS foram concebidos sob a forma de um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que as

peças, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade (ONU, 2015). Contém questões abrangentes, deliberadas e ratificadas entre os 193 Estados-Membros signatários da Carta das Nações Unidas. Os 17 ODS são ordenados e nomeados da seguinte forma: 1) Erradicar a pobreza, 2) Fome zero e agricultura sustentável, 3) Saúde e bem-estar, 4) Educação de qualidade, 5) Igualdade de gênero, 6) Água potável e saneamento, 7) Energia limpa e acessível, 8) Trabalho decente e crescimento econômico, 9) Indústria, inovação e infraestrutura, 10) Redução das desigualdades, 11) Cidades e comunidades sustentáveis, 12) Consumo e produção responsáveis, 13) Ação contra a mudança global do clima, 14) Vida na água, 15) Vida terrestre, 16) Paz, justiça e instituições eficazes, 17) Parcerias e meios de implementação. É a expressão da visão comum de 193 Estados, sendo analisada e construída em conjunto com seus governos e cidadãos, como uma lista de coisas a fazer em nome dos povos e do planeta (ONU, 2015).



Figura 2. Imagem ilustrativa referência dos 17 ODS. Fonte: ONU, 2022.

Ao mesmo tempo em que se destaca como agenda global, os ODS reconhecem explicitamente que os países individuais precisam selecionar seus próprios objetivos e metas através dos processos de deliberação (CHIMHOWU *et al*, 2019) preconizados em seus territórios, criando oportunidades de associação das iniciativas dos planos nacionais com o plano global. Chimhowu *et al* (2019) revelou

que o número de países com plano de desenvolvimento nacional mais que dobrou, de 62 em 2006, para 134 em 2018, indicando que mais de 80% da população mundial vive em um país que contém um plano nacional de desenvolvimento. Muito disso em decorrência do estabelecimento dos 17 ODS. Em contraste com o passado, os planos da atualidade são regidos por uma racionalidade colaborativa, apesar de ter sido identificado, também, grande controle político no processo de produção dos planos.

Com a finalidade de viabilizar a realização dos ODS respeitando as singularidades territoriais, a ONU (2016) lançou um roteiro de localização em nível subnacional para implementação, acompanhamento, e para auxiliar os governos locais na integração dos ODS no ciclo de suas políticas públicas próprias. O roteiro está dividido em cinco partes: i) sensibilização, conhecendo os ODS em nível local, ii) defendendo a idéia, incluindo a perspectiva subnacional nas estratégias nacionais dos ODS, iii) implementação ODS em nível local, iiiii) acompanhamento, avaliando e aprendendo com as experiências, iiiiii) para onde vamos? (ONU, 2016). Reconhece que os governos locais são essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável, sugerindo uma abordagem multinível e multidisciplinar que deve ser ancorada com força do compromisso nacional para definir o arcabouço legal e institucional necessário e adequado à transformação da realidade.

3. METODOLOGIA

A pesquisa realizada possui caráter qualitativo com uma finalidade descritiva. O objetivo é entender o que se passa na RMPA do ponto de vista da elaboração do planejamento do PPA, e como os ODS se manifestam na elaboração dos planos dos municípios selecionados. A RMPA é formada por 34 (trinta e quatro) municípios. São eles: Alvorada, Araricá, Arroio dos Ratos, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Capela de Santana, Charqueadas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Igrejinha, Ivoti, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, Rolante, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Sapiranga,

Sapucaia do Sul, Taquara, Triunfo e Viamão. Em termos populacionais, a região concentra 38,2% (trinta e oito ponto dois por cento) da população total do estado, o que corresponde a quatro milhões trezentos e sessenta e três mil e vinte e sete (4.363,27) habitantes, em uma área de 10.342,9 km². Porto Alegre é o município mais populoso da região, com mais de um milhão de habitantes (1.488.252), seguido pelos municípios de Canoas (348.208), Gravataí (283.620), Viamão (256.302), Novo Hamburgo (247.032) e São Leopoldo (238.648) (RIO GRANDE DO SUL, 2020).

Em um segundo momento, pretende-se entender como a União e o Estado, na qualidade de entes federados, contribuíram para a adoção da Agenda 2030 em nível subnacional, para além dos seus respectivos planos.

Por essa razão escolheu-se desenvolver um estudo de caso múltiplo com base documental para se ter um panorama mais ilustrativo da realidade da RMPA. Assim, a primeira informação relevante é a amostragem da pesquisa. A população selecionada para este estudo são os 34 Planos Plurianuais (PPA) da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), elaborados para o exercício 2022-2025. O PPA estadual e federal de 2020-2023 funcionam como complemento da informação. A seleção da RMPA como localidade foco do estudo se justifica porque a região possui características de desenvolvimento assimétricas, com grande concentração demográfica. Em termos populacionais, é uma região composta por municípios de pequeno e médio porte com até 300 mil habitantes, em contraste com Porto Alegre que é o mais populoso da região com mais de um milhão de habitantes. Além de ser a capital do Estado RS, Porto Alegre é o centro de integração do desenvolvimento socioeconômico da RM. É um município favorecido com a existência do Aeroporto Internacional Salgado Filho, da ferrovia que oferece transporte da capital até o município de Novo Hamburgo, com 44km de ferrovia, além de possuir transporte hidroviário, pois está inserida nas margens do Rio Guaíba, que faz ligação ao sul com a Lagoa dos Patos, que por sua vez tem a foz no Oceano Atlântico. Ademais, os PPA's da RMPA são objetos de estudo do Núcleo de Pesquisa em Gestão Municipal (NUPEGEM), da Escola de Administração da UFRGS, desde 2017.

A primeira etapa metodológica consistiu em realizar uma pesquisa exploratória (Gil, 1987, p. 44) a partir de periódicos acadêmicos, do repositório do IPEA e de sites governamentais (IBGE, Planalto, Prefeituras, etc). A documentação

temática visou coletar elementos relevantes para o estudo em geral, com o objetivo de proporcionar visão geral sobre os temas (SEVERINO, 2007, p.68), neste caso com enfoque no âmbito municipal. Foram desenvolvidos qualitativamente os documentos que auxiliaram no delineamento da pesquisa, e houve a elaboração do referencial teórico. Da mesma forma, foram obtidos os PPA's da RMPA na forma de documentos digitais obtidos nos sites das prefeituras dos 34 municípios componentes da região, ou portais associados ao governo local.

Dois critérios de busca foram definidos. O primeiro foi para encontrar a documentação temática a partir da elaboração das palavras-chave que são: a) "planejamento governamental", b) "ods", c) "objetivos do desenvolvimento sustentável", d) "ppa", e) "plano plurianual". Começando pelo portal CAPES, seguido pelo IPEA e demais sites governamentais. O segundo critério foi sobre encontrar os PPA's locais. Para isso, foi diretamente acessado o site oficial das 34 prefeituras selecionadas com a finalidade de localizar o documento no site oficial. Para os casos de documentos não localizados nos portais oficiais, a busca foi realizada na internet aberta. E, ainda assim, houve o que não fosse encontrado, decorrendo disso o contato direto via e-mail com as Secretarias de Planejamento para obtenção do documento oficial.

Na segunda etapa, o estudo subdividiu-se em três tópicos a) identificar a presença dos ODS na RMPA, para informar se estão presentes ou não-presentes; b) verificar a coesão dos elementos formais dos PPA's da RMPA em relação aos ODS, principalmente para dizer se as metas e os objetivos estão alinhados um ao outro; c) analisar como a União e o Estado do Rio Grande do Sul fomentaram a inserção dos ODS nos planos municipais.

O enfoque será construído a partir do método estudo de caso múltiplo, que pretende investigar as diferenças e similaridades (Gil, 1987, p. 35) entre os PPA's em relação aos ODS. Foi realizada, também, uma pesquisa documental de caráter descritivo, que buscou fornecer o tratamento analítico dos PPA's a partir da elaboração de uma tabela de referência onde foram ordenados, de forma alfabética, os 34 municípios. A tabela apresenta o nome do município, o site da prefeitura e o site onde foi encontrado o PPA. Ao lado de cada nome constam dados sobre o local

de armazenamento do documento, se fácil acesso ou visualização, se atualizado, em formato de dados abertos, e principalmente, se contém ou faz menção aos ODS.

A terceira etapa trata da análise dos dados e a quarta e última etapa é a redação do texto final que contemplará os resultados obtidos através da análise de dados.

4. A ADOÇÃO DOS ODS NO PPA FEDERAL E ESTADUAL

4.1 A CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO

De acordo com o relatório do IPEA (2020), o Brasil se movimentou rapidamente para criar estruturas de governança dos ODS, embora o fortalecimento dos meios de implementação da parceria global permanece sendo o principal desafio para o avanço da Agenda 2030 no País. A atuação da União para integrar os ODS na agenda nacional iniciou em 2016, cerca de um ano após a assinatura do compromisso na ONU. Houve a publicação de um decreto que criou a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS) com a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030. O decreto determinou que a CNODS atuaria como o principal mecanismo institucional para este fim, qualificando o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como assessores permanentes da comissão (BRASIL, 2016).

O trabalho interno de compatibilização com a Agenda 2030 foi proposto no PPA federal de 2016-2019 (CARDOSO JR. 2020, p. 24). Apesar de não haver citação direta aos ODS ou à Agenda 2030, este PPA considera relatórios da ONU para aspectos como a prevenção global da violência (Brasil, 2015, p. 80), promoção da igualdade racial (Brasil, 2015, p. 89), direito das pessoas com deficiências (Brasil, 2015, p. 98), e sobre a participação dos países em desenvolvimento nos processos decisórios das instituições financeiras internacionais (BRASIL, 2015, p. 199).

Todavia, o que se viu no decorrer do tempo foi a simbólica troca de governo ocorrida com o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff em 2016, que culminou no governo em ocorrência de 2018 a 2022, que por sua vez decretou a extinção da CNO DS no ano de 2019. A extinção da Comissão legitima a posição de abandono do Governo Federal vigente em relação à Agenda 2030 (Ramiro, 2021, p. 54). Tanto que no PPA Federal 2020-2023, foi identificada a ausência de coesão dos elementos do plano em relação aos ODS, onde não há citação direta ou indireta aos ODS ou à Agenda 2030, não havendo sequer a relação com os relatórios da ONU conforme o PPA anterior. Desta forma torna-se evidente a interrupção, ou a descontinuidade, dos esforços nacionais para a implementação da Agenda 2030, uma agenda com apelo mundial orientada para o desenvolvimento sustentável das nações.

Contudo, e apesar da extinção da CNO DS, o IPEA seguiu sua atribuição de assessoramento técnico permanente dando continuidade aos trabalhos da comissão. Os Cadernos ODS trazem as análises dos indicadores, monitoramento das metas e a avaliação dos desafios que o País deve enfrentar para implementar a Agenda 2030 (IPEA, 2020, p. 3, 20). O ANEXO I deste trabalho apresenta trechos referentes aos diagnósticos consolidados publicados nos Cadernos ODS.



Figura 3. Imagem da primeira página do site onde estão publicados os Cadernos ODS.
Fonte: IPEA, 2022.

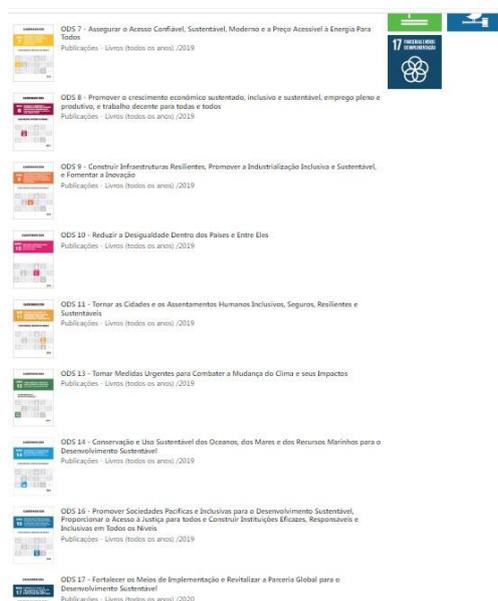


Figura 4. Imagem da segunda página do site onde estão publicados os Cadernos ODS. Fonte: IPEA, 2022.

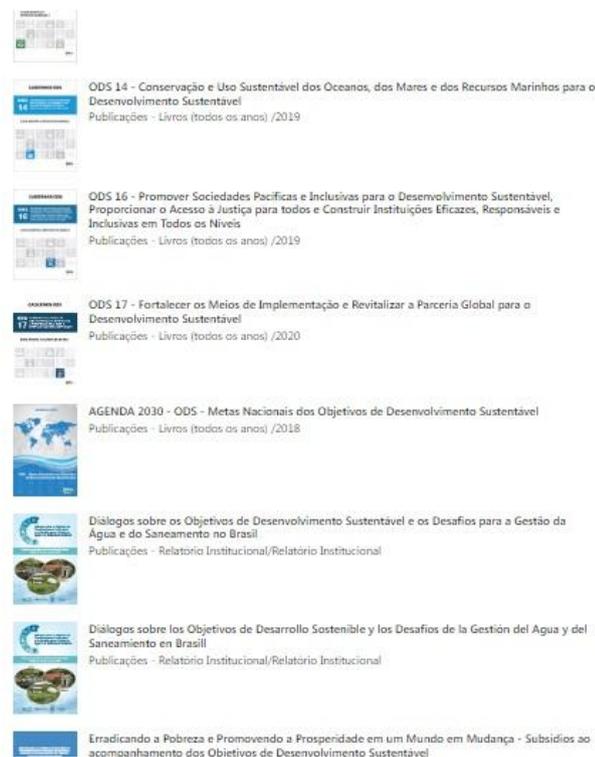


Figura 5. Imagem da terceira e última página do site onde estão publicados os Cadernos ODS. Fonte: IPEA, 2022.

4.2 A CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO.

No caso do Rio Grande do Sul, o processo de formulação do PPA 2020-2023 teve início no primeiro semestre de 2019, a partir da publicação do Marco Metodológico pra elaboração do PPA (RS, 2019), culminando na promulgação da Lei 15.326 de 1º de Outubro de 2019 (RS, 2019) que instituiu o plano plurianual para o quadriênio 2020-2023.

A administração pública no âmbito do Estado é organizada por secretarias, subsecretarias, departamentos e assessorias, dentre os quais é destacada a Subsecretaria de Planejamento (SUPLAN), cuja principal competência é coordenar o planejamento global de longo prazo do Estado, seguido pela coordenação, elaboração e o exercício do monitoramento do PPA e da LDO, dentre outras competências (Rio Grande do Sul, 2021). Na qualidade de órgão da administração estadual direta competente, a SUPLAN foi responsável pela produção do Marco Metodológico para elaboração do PPA, que serviu de base para a construção do plano plurianual estadual. Desde já, o Marco Metodológico pressupõe a necessidade de integração dos processos de planejamento do Governo do Estado, colocando o PPA como peça central e reconhecendo, também, a importância dos ODS como orientadores das políticas públicas nacionais e regionais (Rio Grande do Sul, 2019, p. 35). Os ODS estão presentes compondo a base estratégica e são classificados como um dos principais elementos dentro da ação programática⁸: e da iniciativa⁹.

A partir das instruções fornecidas pelo Marco Metodológico, foi elaborado o PPA estadual. Nesta fase inicial da elaboração, a SUPLAN iniciou a oferta gratuita

⁸Conjunto viável de Iniciativas, com o qual se pretende atacar, eficazmente, as causas críticas de uma situação-problema e, assim, provocar-lhes mudanças no sentido esperado, no médio e longo prazo. Ações programáticas possuem, portanto, resultados esperados, acompanhados e avaliados por meio de indicadores de resultado (Marco Metodológico para elaboração do PPA, RIO GRANDE DO SUL, 2019, P. 38).

⁹Processos que, combinando apropriadamente os recursos adequados, produzem bens e serviços com os quais se procura atacar as causas críticas de uma situação-problema objeto de tratamento da Ação Programática. Compreende tanto projetos com prazo e entrega definidos, quanto atividades de natureza contínua (Marco Metodológico para elaboração do PPA, RIO GRANDE DO SUL, 2019, P. 39).

de oficinas de capacitação para os servidores das secretarias municipais envolvidos na tarefa do planejamento municipal, com a finalidade de apresentação do Marco Metodológico para buscar alinhar ao máximo o processo de construção do PPA local. Foram incentivadas as proposições de iniciativas que contribuíssem para a consecução de um ou mais ODS, pelo que tais iniciativas receberam o selo ODS e destaque no Projeto de Lei que antecedeu o PPA (PPA RS, 2019, p. 18).

No PPA RS, a presença dos ODS é identificada na seção “novos desafios”:

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul assumiu o compromisso de dar tratamento no Plano Plurianual 2020-2023 aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos em 2015 pelos países membro da Organização das Nações Unidas (PPA RS 2020 2023, p. 18).

A partir deste compromisso, são reconhecidos os esforços destinados a promoção do desenvolvimento em escala global, organizados principalmente pela ONU, e recapituladas as histórias das iniciativas de desenvolvimento sustentável pelo mundo: a Conferência de Estocolmo em 1972, Rio 92, os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio no ano 2000 (ODM), e agora a Agenda 2030, promulgada em 2015, que contempla os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Rio Grande do Sul, PPA, p. 65).

Quanto ao selo de identificação com o símbolo ODS (Figura 3), aparece ante à descrição da iniciativa, dentro da ação programática. Porém, apenas nos programas temáticos do poder executivo, havendo oito programas restantes que não apresentam o selo ODS.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul		PPA 2020 - 2023 - Elaboração		Governança e Gestão	
Ação Programática: INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO					
Órgão Coordenador: SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO					
Resultado Esperado: Inovação e modernização da comunicação pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com atenção às diversidades regionais, por meio da adoção de novas mídias e novas ferramentas tecnológicas de informação e comunicação.					
Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente
131.514.781	131.514.781	0	Número de acessos ao Portal do Governo do Estado	Unidade	400.000
			Número de seguidores às Redes Sociais do Governo do Estado	Unidade	100
					233
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida
TVE e FM Cultura	SECOM	Manutenção da programação TV e Rádio: continuar gerando conteúdos educativos, culturais e o mínimo de 5% de conteúdos jornalísticos diários.	4.705.065	Rádio mantida	unidade
				TV mantida	unidade
Comunicação Digital Governamental	SECOM	Inovação, aperfeiçoamento e facilitação da comunicação entre sociedade e governo através das redes sociais e ferramentas digitais, bem como otimização da prestação de serviços online à população.	1.400.000	Comunicação digital ampliada	%
Comunicação interna	SECOM	Desenvolvimento de atividades de Endomarketing e Comunicação Interna em todo Estado por meio de ações de valorização profissional, engajamento e informação sobre as ações governamentais. Desenvolvimento de um fluxo eficiente de informação, melhorando a relação entre o servidor e o Governo.	3.500.000	Canal de relacionamento entre gestor e os servidores criado	unidade
				Programa criado e implementado	unidade
Eventos institucionais do Estado	SECOM	Assessoramento, orientação e execução, de forma integrada, de eventos institucionais do Governo do Estado. Estabelecimento de fluxo de informações entre os órgãos do Governo e a SECOM.	3.109.716	Empresa licitada	unidade
Gestão da Comunicação Governamental	SECOM	Realização de cobertura jornalística da agenda diária do governador e divulgação das informações referentes às principais ações do governo a jornais, portais de internet, emissoras de rádio e televisão, por meio de releases da agência de notícias online do Estado e ferramentas de disparo de e-mails. Atendimento a jornalistas na busca de informações referentes à administração estadual. Realização de acompanhamento dos espaços destinados ao Governo do Estado na mídia e ampliação do acesso a informações a toda a sociedade.	1.300.000	Comunicação Governamental qualificada	%
Gestão da publicidade institucional do Estado	SECOM	Criação, aprovação, gestão e acompanhamento das campanhas e ações de publicidade e propaganda dos órgãos da Administração Direta e Indireta, Empresas de Economia Mista e Empresas Públicas do Governo. Gestão da política e aprovação de patrocínios das Autarquias, Empresas de Economia Mista e Empresas Públicas do Governo. Realização de pesquisas de mercado e opinião de serviços prestados. Fortalecimento, informatização e modernização das ações de publicidade do Governo do Estado.	112.000.000	Ação de publicidade realizada	%
				Campanha realizada	unidade
Palácio Aberto	SECOM	Abertura do "Palácio" para debates de temas relevantes com a comunidade.	2.200.000	Evento realizado	unidade
Regionalização da comunicação do governo do Estado	SECOM	Distribuição regional das informações das ações de governo através de comunicação digital e da publicidade.	1.900.000	Informação regionalizada	%

Figura 6. Imagem da página 131 do PPA RS 2020-2023 contendo o selo ODS. Fonte: PPA RS 2020-2023.

Embora a mensagem inicial do plano contenha a afirmação de que todos os eixos apresentam alinhamento com os ODS, as maiores correspondências identificadas estão citadas abaixo.

[...] Das 413 iniciativas propostas nos Programas Temáticos finalísticos do Poder Executivo Estadual, 341 (82,5%) demonstram essa correspondência com um ou mais Objetivo. Maiores correspondências foram identificadas com o ODS 11, que busca “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”; o ODS 3, que visa “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos”; o ODS 4, cujo objetivo é “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida”; o ODS 16, comprometido com “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas” e, ainda, o ODS 8, voltado a “promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos”. (PPA 2020-2023 RS, p. 82).

Foi observado que a inclusão dos temas dos ODS no PPA estadual pressupõe os contornos para a elaboração dos programas temáticos e suas respectivas ações e iniciativas, sendo que as quatro dimensões temáticas dos ODS (social, ambiental, econômica e institucional) são classificadas em eixos associados a uma base de dados com as informações relevantes do Estado do Rio Grande do Sul, conforme tabela elaborada pela autora e apresentada no ANEXO I.

Devido principalmente ao alerta de estiagem, somados ao fato do Rio Grande do Sul possuir zona de costa litorânea, e que as bacias hidrográficas do Estado estão ameaçadas, seja pela retirada comercial de areia dos rios, seja pela mineração carbonífera, e da existência das assimetrias urbanísticas intermunicipais, o estudo assume o foco nos ODS 6, 11, 14 e 17, dos quais apenas o ODS 11 encontra maior correspondência com as iniciativas descritas no PPA RS 2020-2023. Ao destacar estes ODS, temos que os ODS 6 e 14 estão ambos na Dimensão Ambiental, Eixo Sociedade com Qualidade de Vida e Eixo Desenvolvimento Empreendedor, enquanto o ODS 11 faz parte da Dimensão Econômica, Eixo Desenvolvimento Empreendedor. Sobre o ODS 17, está classificado na Dimensão Institucional, eixo Sociedade com Qualidade de Vida e Eixo Estado Sustentável (RIO GRANDE DO SUL, PPA, 2019).

Chama atenção que o ODS 14 não contém dados relativos ao RS, e quanto a meta restringe-se a repetir a meta geral do ODS, não indicando ação ou iniciativa específica para conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável (Rio Grande do Sul, 2019, p. 76). Embora a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Rio Grande do Sul, 2016) já tenha realizado estudos e projetos de zoneamento ecológico-econômico para a área do litoral médio do Rio Grande do Sul, o PPA RS (2019) não traz dados regionais para a elaboração deste ODS.

Já o ODS 11, aquele de maior correspondência (RIO GRANDE DO SUL, PPA, 2019, p. 82), destaca dados estaduais sobre a proporção da população urbana vivendo em assentamentos precários, informais ou domicílios inadequados; a falta de banheiro nas unidades habitacionais; a proporção de domicílios abastecidos por rede de água com esgotamento por rede e serviço de coleta de lixo; o tempo de deslocamento para o trabalho equivalente, ou superior, a uma hora; o percentual de

energia renovável na matriz de transporte rodoviário; a emissão de gases geradores do efeito estufa. Entretanto, a meta descrita não é regionalizada, e restringe-se à descrição da meta geral do ODS, sem estabelecer relação com os dados apresentados, ação ou iniciativa por parte do Governo do Estado.

Sobre os ODS 6 e 17, constam dados genéricos relativos ao Estado, e as metas referem as linhas gerais dos objetivos mundiais, novamente não indicando ação ou iniciativa por parte do governo. Salvo por um trecho encontrado no ODS 17 que suscita a informação de que:

o plano se vale de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável para complementar o PIB e apoiar a capacitação estatística, com ações em fase de implementação (PPA RS, 2019, p.80-81).

Observou-se que os indicadores apresentados estão categorizados em “indicador de resultado (valor mais recente)” e “indicador de resultado (valor desejado)”, não mencionado ano/base de referência para ambos.

4.3 PANORAMA DO PLANEJAMENTO NA RMPA

De acordo com estudos do Nupegem (2020), nota-se que os municípios da RMPA ainda estão em uma fase inicial de estruturação de capacidades estatais para elaboração do PPA, o que torna a adoção dos ODS um verdadeiro desafio.

Conforme Ruiz (2017) 12 municípios afirmam ter uma estrutura responsável pela elaboração e/ou gestão do PPA, com destaque para 9 estruturas de natureza permanentes para a elaboração e gestão, e 1 estrutura de natureza provisória montada somente para elaborar o PPA. Quanto ao processo de construção do PPA, as estruturas em uso mais citadas foram a Secretaria da Fazenda, seguida pelo Gabinete do Prefeito. Os agentes mais citados, que não são da prefeitura, foram os em primeiro lugar os Conselhos de Participação, seguidos de Agentes do Poder Legislativo, Agentes sociais, e uma por uma vez houve citação a empresas de

consultoria. Neste processo, 5 municípios indicaram que não houve participação de outros agentes. Da totalidade dos 34 municípios, 11 indicaram a participação dos conselhos populares, e 6 indicaram a existência de mecanismos de monitoramento e avaliação.

Na ocasião os municípios não foram questionados sobre a implementação dos ODS, tampouco qual seria a presença destes objetivos na elaboração do PPA local, ou quais os programas, projetos e ações seriam adotados com base na Agenda 2030, objetivo desse trabalho.

Diante do baixo índice de municípios que afirmam possuir estrutura para elaboração, gestão, monitoramento e avaliação do PPA, seja permanente ou provisória (RUIZ, 2017), somado ao contexto de estiagem nas bacias gaúchas (Rio Grande do Sul, 2021), este estudo demonstra a relevância da compreensão sobre a existência de um elo das agendas locais, definidas nos PPA's, em relação a Agenda 2030. O envolvimento significativo, quase único, das estruturas de governo na elaboração dos planos foi igualmente verificado por Chimhowu *et al* (2019), que identificaram a propriedade do plano referindo-se a uma agência ou unidade produtora do plano que está em grande parte inserida em uma estrutura superior de governo. É relevante investigar como os municípios estão construindo o seu desenvolvimento para a próxima década, em cooperação com a agenda mundial de desenvolvimento sustentável, dado o contexto de apelo global promovido pelos 17 ODS. Com as novas atribuições imperativas aos municípios, a questão do planejamento passou a ser central na realização dos objetivos que ensejam o desenvolvimento social, econômico e sustentável de acordo com as realidades locais. Portanto, torna-se indispensável entender como a Agenda 2030 e os 17 ODS estão inseridos nos PPAS municipais da RMPA para o triênio 2022-2025. Assim também importa saber qual a participação da União e do Estado no fomento à idéia.

4.4 A PRESENÇA DOS ODS NOS PLANOS PLURIANUAIS DA RMPA

Neste capítulo será apresentado o resultado relacionado ao objetivo principal do estudo, que é entender a presença dos ODS na elaboração dos PPA's da RMPA, e se a região segue o mesmo rumo da Agenda 2030 com tempo hábil para gerar metas realizadas, e adequadas às localidades.

Além da verificação da presença ou ausência dos ODS nos 34 planos plurianuais investigados, outros dados relevantes foram pesquisados sobre o formato de arquivo disponibilizado, e o local de armazenagem. Sendo assim, foi possível identificar que 21 planos não se encontram no site oficial do governo ¹⁰ e que 32 não estavam em local de fácil acesso¹¹; 34 não estavam em local de fácil visualização¹². Sobre o formato de arquivo, 28 encontram-se atualizados, e 34, ou seja, a totalidade não está em formatos de dados abertos¹³. Conforme demonstra o gráfico 1.

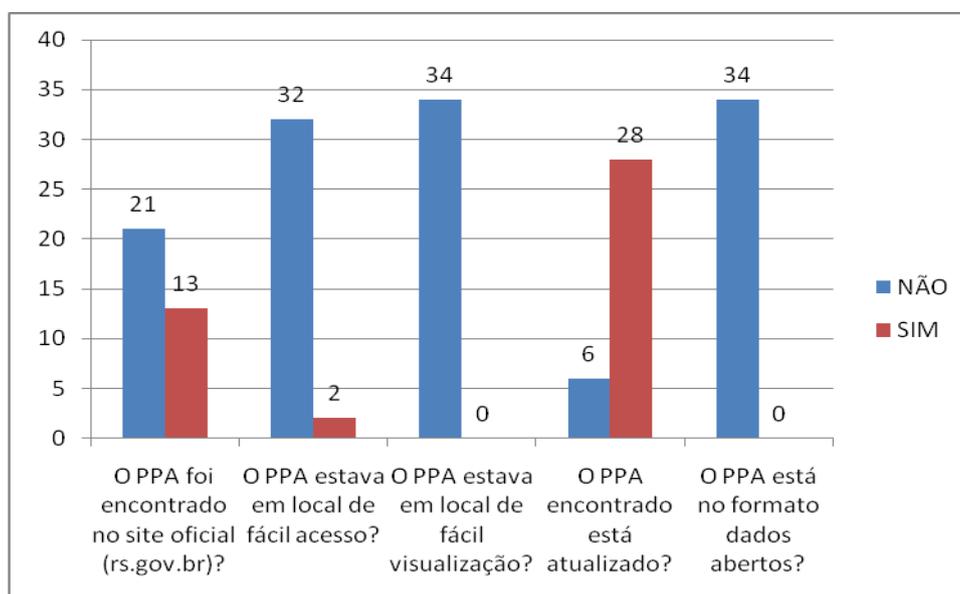
¹⁰As páginas eletrônicas oficiais do governo do estado do Rio Grande do Sul apresentam a terminação rs.gov.br.

¹¹Fácil acesso é considerar que o documento está acessível desde a página inicial do site como informação relevante.

¹²Fácil visualização é considerar que após a página inicial do site, o documento aparece integralmente visível, sem a necessidade de novos cliques.

¹³Segundo a definição da Open Knowledge Internacional, em suma, dados são abertos quando qualquer pessoa pode livremente acessá-los, utilizá-los, modificá-los e compartilhá-los para qualquer finalidade, estando sujeito a, no máximo, a exigências que visem preservar sua proveniência e sua abertura. Fonte: Site de dados abertos do Governo Federal, 2022.

Gráfico1. Do formato e da acessibilidade dos 34 PPA's da RMPA.

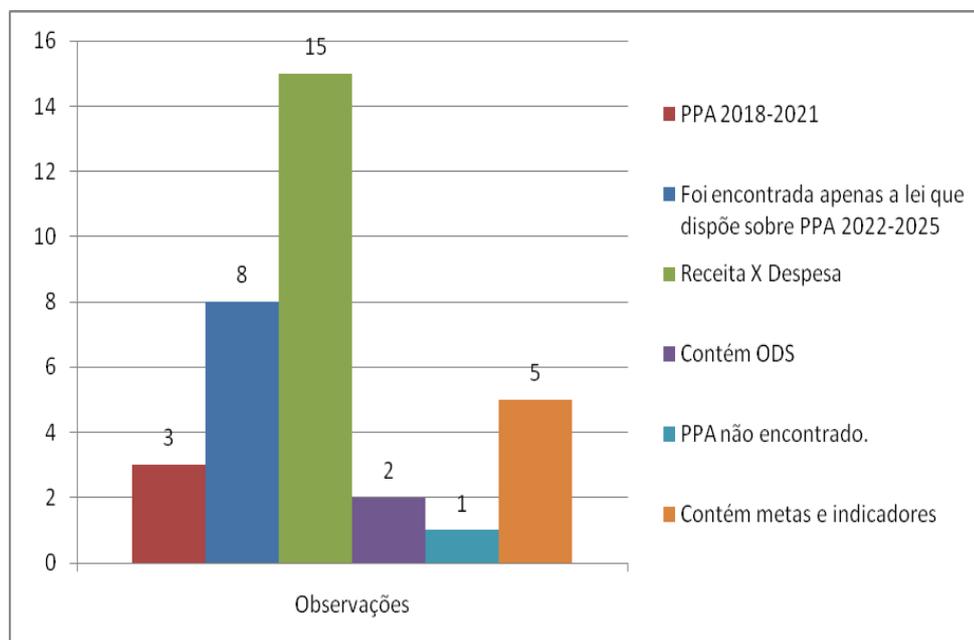


Elaborado pela autora, 2022

Foi identificado que 3 planos referem-se ao último quadriênio 2018-2021, que em 8 municípios foi encontrada apenas a lei que institui o PPA para o quadriênio 2022-2025, que 15 planos apresentam o PPA como um quadro de receitas e despesas, que 5 apresentam metas e indicadores. Um único PPA não foi encontrado, no município de Nova Hartz.

Dentre os 34 planos analisados, os únicos 2 municípios que apresentam ODS são Esteio e Sapiranga. Com relação a estes dois casos encontrados, coube a verificação da coesão dos elementos formais dos PPA's em relação aos ODS para identificar se as metas e os objetivos estão alinhados um ao outro.

Gráfico 2. Do conteúdo dos PPA's da RMPA em relação aos ODS.



Elaborado pela autora, 2021.

No município de Esteio, o PPA foi encontrado no site oficial de governo da prefeitura, atualizado. Porém não estava em local de fácil acesso ou visualização, não sendo em formato de dados abertos. No entanto, logo na abertura do arquivo é possível identificar a presença dos ODS, pois na capa do plano está a logomarca, como demonstrado na Figura 1. Este plano contém 14 programas, 91 indicadores, e todos estão orientados pelos ODS. É um documento eletrônico com 19 páginas. Os programas dizem respeito a cultura (ODS 3), cidadania (ODS 1, 3, 5, 8, 10), futuro da cidade (ODS 2, 4, 6, 9, 10), esportes (ODS 3), longevidade (ODS 3), segurança (ODS 3, 4, 16), progresso (ODS 1, 8, 9, 10), sustentabilidade (ODS 3, 9, 12, 13, 16), investimentos (ODS 7, 9, 11, 16), acessibilidade (ODS 4, 9, 10), emprego (ODS 8, 11), gestão colaborativa (ODS 3, 8), responsável (ODS 16) e eficiente (ODS 8, 9, 16, 17).

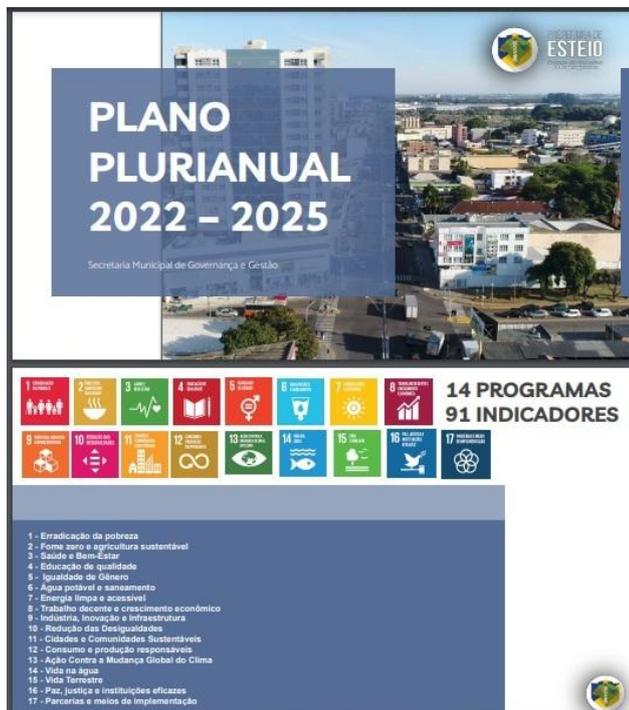


Figura 7: Imagem da capa do PPA 2022-2025 do município de Esteio. Fonte: Prefeitura Municipal de Esteio, ano 2022.

Não está descrito como os indicadores serão alterados para realizar o alcance da meta, ou como vai ser realizado o programa, nem prazo determinado. Subentende-se que o prazo de execução é relativo a todo o período de governo. Está claro onde o plano quer chegar, mas não está claro como seguir até o indicador final. Não há o estabelecimento de outras metas que não seja o indicador final do plano. Não há definição da forma de revisão e avaliação do plano. Os programas descrevem o objetivo, indicadores, unidade de medida, indicador inicial e final do plano. Demonstra vontade política de colaborar com a Agenda 2030, porém este plano é carente com relação ao cronograma e às atividades. A seguir está a figura que apresenta o Programa 2: Esteio de todos.

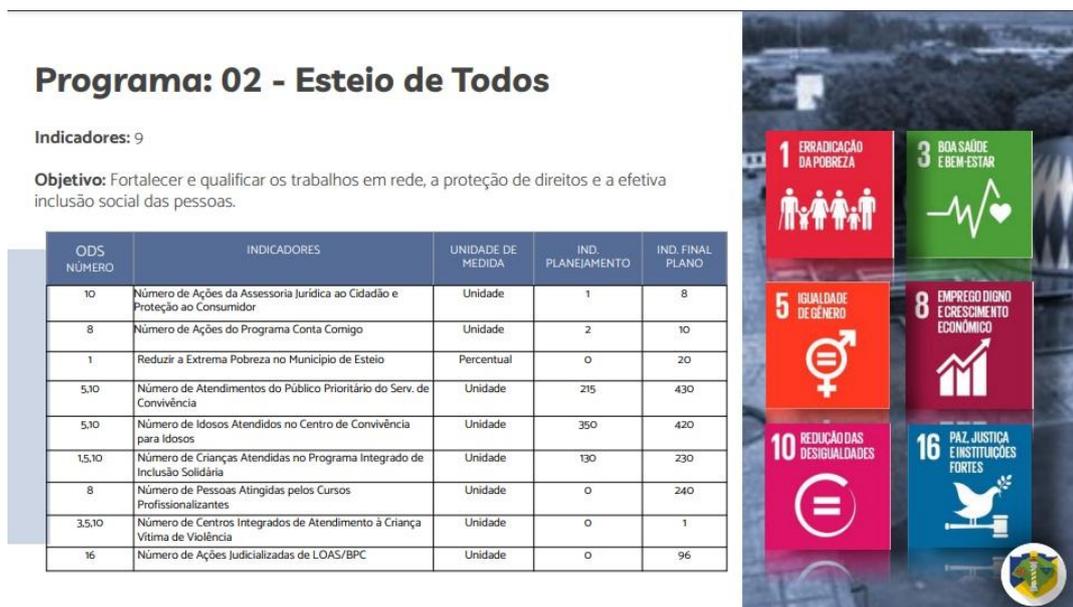


Figura 8. Imagem do conteúdo referente ao Programa: 02 Esteio de todos. Fonte: PPA Esteio 2022-2025. Ano 2022.

No município de Sapiranga, o PPA foi encontrado no site oficial de governo da prefeitura, atualizado. Porém não estava em local de fácil acesso ou visualização, não sendo em formato de dados abertos. A presença dos ODS foi identificada em somente 4 objetivos inseridos no mesmo programa de Desenvolvimento Agrícola. Os ODS identificados são: Consumo e Produção Responsável (ODS 12), Fome Zero e Agricultura Sustentável (ODS 2), Redução das Desigualdades (ODS 10), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9). Na capa do plano não há evidência de relação com os ODS, conforme demonstrado na figura 9, sendo possível identificá-los no conteúdo interno utilizando o sistema de busca digital do próprio arquivo. Este plano é um documento eletrônico com 71 páginas, e preenche um requisito formal de apresentação com maior riqueza de detalhes sobre a descrição e as metas do objetivo, unidades de medida, valores de referência em reais, metas com indicadores de resultado anuais, regionalização (local onde vai ser executada a ação, o bairro, se zona urbana ou rural, etc). Embora não tenha associação absoluta com os ODS, ou apresente um selo ODS em conformidade com o PPA estadual (2019), este é um plano que apresenta maior riqueza em detalhes, com descrições mais elaboradas.



Figura 9. Imagem da capa do PPA 2022-2025 do município de Sapiranga. Fonte: Prefeitura Municipal de Sapiranga. Ano 2022.

Chama atenção que, apesar do esforço e das iniciativas de ação propostas pela SEPLAG a partir do Marco Metodológico para Elaboração do PPA estadual (Rio Grande do Sul, 2019), é notável que a concepção dos ODS não teve presença sobre a totalidade dos planos da RMPA. Ainda assim, nos dois municípios onde foi constatada a presença dos ODS na elaboração dos planos locais, foi identificada adesão relativa. Ou seja, nem todos os objetivos estavam associados nos planos, sendo que em Sapiranga a associação é ainda menor do que em Esteio, apesar de Sapiranga descrever maiores detalhes ancorados em valores e metas anuais. Nos demais 32 municípios, incluindo a capital, foi constatado que não há presença dos ODS na elaboração dos planos.

 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPIRANGA Av João Correa, 793, RAMAL 248/264 SAPIRANGA - RS 51 35999500 - CNPJ : 87.366.159/0001-02 secfaz@sapiranga.rs.gov.br http://www.sapiranga.rs.gov.br		PROGRAMAS TEMÁTICOS Plano Plurianual - 2022 - 2025	
1 - PROGRAMA			
Código	Descrição	Valores do Programa	
		Ano	Valor
0004	DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA	2022	2.042.693,00
		2023	668.479,00
		2024	683.108,00
		2025	698.209,00
1.1 - Indicadores Vinculados ao Programa			
Descrição	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Valor
ESPAÇO FÍSICO FEIRANTES FEIRA AGRICULTOR	un	2021	34,00
POPULAÇÃO RURAL	%	2017	14,00
PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA NO PIB	%	2019	0,51
AGRICULTOR COM REG. DE BLOCO PRODUTOR	UN	2020	659,00
PARTIC. NO PROJETO JOVEM PRODUTOR RURAL	%	2021	65,00
VIAS RURAIS MANTIDAS	%	2020	35,00
RETORNO DE ICMS SOBRE PRODUÇÃO PRIMÁRIA	%	2019	1,05
1.2 - Órgãos Responsáveis			
Código	Descrição		
09	SEC. MUNIC. DE OBRAS PÚBLICAS E SERV. URBANOS		
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
1.3 - Objetivos do Programa			
Descrição do Objetivo		Valores	
1 - Incentivar os agricultores do Município seja na produção primária, no transporte dos produtos, bem como na venda da produção promovendo qualidade de vida e aumento na arrecadação de ICMS sobre o produto rural.		2022	422.687,00
		2023	436.421,00
		2024	450.383,00
		2025	464.793,00

Figura 10. Imagem da página inicial do PPA Sapiranga 2022-2025 que contém o programa Desenvolvimento Agrícola. Fonte: Prefeitura Municipal de Sapiranga. Ano 2022.

		2025	464.793,00
ODS Consumo e produção responsável			
1.3.1 - Metas do Objetivo			
Descrição	Indicadores de Resultado		
Aumentar o valor adicionado da produção primária em 4%.	2022	0,70	
	2023	1,00	
	2024	1,10	
	2025	1,20	
Manter a contratação de médico veterinário visando a melhoria do rebanho no Município, bem como o Convênio estadual para Inspeção Sanitária ambos promovendo a arrecadação sobre produtos primários, incentivando e facilitando certificação e industrialização do agronegócio, atendendo 100% as demandas de serviços solicitados ao Município através da Secretaria de Agricultura.	2022	100,00	
	2023	100,00	
	2024	100,00	
	2025	100,00	
Manter contrato de serviços técnicos especializados com a Emater para orientar, esclarecer, aplicando práticas e técnicas agrícolas desde a escolha de mudas frutíferas ao método de cultivo adequado, com estudos do solo, clima, topologia geográfica local, promovendo os melhores resultados em quantidade e qualidade na produção de alimentos primários, atendendo 100% todas as demandas solicitadas pelos agricultores do Município.	2022	100,00	
	2023	100,00	
	2024	100,00	
	2025	100,00	
Implementar gradualmente hortas urbanas e comunitárias, incentivando a iniciativa privada em conjunto com a implementação das políticas públicas, visando um desenvolvimento sustentável com benefícios acessíveis à todo segmento da sociedade.	2022	1,00	
	2023	1,00	
	2024	1,00	
	2025	1,00	
Manter em 100% o funcionamento do programa PPA (programa de aquisição de alimentos), em parceria com o governo federal.	2022	100,00	
	2023	100,00	
	2024	100,00	
	2025	100,00	
Manter fiscalização de 100% de emissão de NFP (nota fiscal do produtor) da Feira do Peixe, Festa da Colônia, e Feira Municipal do Agricultor.	2022	85,00	
	2023	90,00	
	2024	95,00	
	2025	100,00	

Base: Planejamento>Demonstrativos>Programas Estratégicos FrontController.php Emissor: Roana Benetti Peretto Exerc: 2021 Data: 09-07-2021 - 13:45:14 Pág 5/71

Figura 11. Imagem da página do PPA Sapiranga 2022-2025 que contém o programa Desenvolvimento Agrícola associado ao ODS 12 - Consumo e Produção Responsável. Fonte: Prefeitura Municipal de Sapiranga. Ano 2022.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde 2015, ano de promulgação da Agenda 2030 e dos 17 ODS, até a data de publicação deste estudo, ano 2022, e considerando a periodicidade da publicação dos PPA's, temos que a União, os Estados e os Municípios já encerraram um plano e iniciaram o que está em vigência. Nos municípios estão em ocorrência os planos para o período 2022-2025, enquanto para a União e os Estados estão em vigência os planos para o período 2020-2023.

A relação do planejamento governamental entre as três esferas da República Federativa do Brasil, União, Estados e Municípios, é dissonante de um quadriênio para outro, e de uma esfera para outra. Apesar da regra orçamentária constitucional ser válida e periódica para todos os entes federados, e do Brasil ser signatário da Agenda 2030 juntamente com outras 192 nações, é notável a falta de coesão dos elementos dos planos nacionais e subnacionais em relação aos ODS. A Carta Magna brasileira determina que os entes federados realizem o exercício da mesma prática orçamentária que elabora e define as receitas e despesas para os respectivos períodos de governo, PPA, LDO e LOA. Obedecendo a hierarquia constitucional, a União prescreve a norma, e os Estados e os Municípios a seguem.

Embora a União tenha iniciado a ação para implementação da agenda multilateral quando decretou a criação da CNODS (Brasil, 2016), o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, no mesmo ano deste decreto, foi o início da ruptura com a Agenda 2030 que ocorreu formalmente em 2019, quando o atual Governo Federal decretou a extinção da comissão, e de todas as comissões e conselhos de participação existentes no território nacional, oferecendo assim pouca importância à Agenda 2030 e aos 17 ODS.

Na pesquisa de campo, este estudo apontou que o movimento mais significativo em direção aos ODS, no território nacional desde 2015, foi realizado pelo PPA do Estado do Rio Grande do Sul para o período 2020-2023. No entanto, percebe-se uma eventual lacuna entre as descrições dos ODS em relação aos objetivos do PPA estadual, porque foi identificado: a) ausência de padrão textual descritivo, no sentido de incluir dados primários e metas regionalizadas em todos os

ODS, de forma a tornar claro o estado atual do objetivo na administração pública estadual, b) ausência de diagnósticos padronizados que especifiquem a demanda versus custos em relação ao ODS, não há indicação de escores estatísticos informando numericamente, ou percentualmente, o que já foi realizado e o que falta realizar para atingir a meta; c) presença de dados defasados, foram encontrados dados de 2006, e os mais recentes de 2018; d) presença de metas não regionalizadas.

No âmbito municipal, nos PPA's dos municípios integrantes da RMPA, está evidenciada baixa presença dos ODS em relação aos elementos formais dos planos. Somente os municípios de Sapiranga e Esteio, dentre 34 municípios analisados, apresentaram formalmente os ODS. Sendo que apenas Esteio apresenta associação com todos ODS nos programas de governo, inclusive apresentando a logomarca da Agenda 2030 na capa do plano. Foi identificada a ausência de padrão textual e formal. Está claro que os planos analisados têm diferentes abordagens quanto a orientação de elaboração, análise e revisão. A curiosidade que advém desta investigação deixa o campo aberto para novas descobertas no sentido de buscar identificar quais as estruturas de governo local que são responsáveis pela elaboração dos PPA's, se agentes terceirizados ou servidores públicos de carreira, e qual a motivação para incluir a presença dos 17 ODS na agenda pública local.

Neste ano de 2022 o Brasil enfrenta outro período eleitoral que definirá para o próximo quadriênio qual será a atuação da nação frente aos ODS, e apontará em qual direção deverão seguir os Estados e os Municípios rumo a Agenda 2030 e a proposta do desenvolvimento sustentável. Cabe lembrar que a peça orçamentária do PPA é determinante para o setor público e indicativa para o setor empresarial. Paradoxalmente, ainda se vê o esforço tardio do governo brasileiro na tentativa de alcançar a orientação para o desenvolvimento sustentável como forma de equacionar, minimamente, o custo dos recursos naturais não renováveis já debitados na realidade dos territórios citados neste estudo.

Por fim, este estudo pretende complementar a base de dados do NUPEGEM/UFRGS oferecendo subsídio intelectual para pesquisas e ações vindouras que busquem entender quais os fatores que colaboram para a elaboração de práticas de planejamento associadas com agendas multilaterais, como as

instituições públicas, sociais e empresariais estão se movimentando no contexto do desenvolvimento sustentável.

ANEXO I – Trechos extraídos do PPA RS 2020-2023

N R ODS	Título	DIAGNÓSTICO DO PPA RS 2020-2023
1	Erradicar a pobreza	Em termos monetários, sem considerar a multidimensionalidade da pobreza, para tirar as mais de 380 mil pessoas residentes no RS da extrema pobreza (o que significa 3,4% de sua população), em 2017, seria necessária a transferência de aproximadamente R\$ 30 milhões mensais. Na Região Sul, o percentual é menos desfavorável do que o nacional, com 12,8% da população na pobreza e no RS, 13,5% (P.66).
2	Fome zero e agricultura sustentável	Por déficit de peso, no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS, 2006), a prevalência de má nutrição nas crianças com menos de cinco anos de idade era de 1,4% (mais comum entre os meninos), sendo, na Região Sul, de 1,9%. Por excesso de peso, a média brasileira era de 7,3% (mais comum entre as meninas), e a da Região Sul, 9,4% (P.67).

3	Saúde e bem-estar	Em 2015, a taxa de mortalidade neonatal era de 7,2 e, conforme dados da Secretaria Estadual da Saúde do RS, em 2018, a taxa de mortalidade infantil foi de 9,6. (P.67-68).
4	Educação de qualidade	A taxa de participação no ensino organizado um ano antes da idade oficial de ingresso no Ensino Fundamental - EF, isto é, aos cinco anos, é menor na Região Sul (93,2%). O RS encontrava-se, em 2018, em situação pior do que a média do País (17,2%). No Estado, 19,9% estavam dois ou mais anos atrasados em relação ao que seria esperado. A rede estadual apresentou desempenho ainda pior (38,1%) do que a média. O RS teve taxas maiores do que tinha há 10 anos (quase 4% no total e 3% nas escolas estaduais). Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), esses alunos comporão parte dos jovens e dos adultos nos próximos 15 anos. (p. 69-70).
5	Igualdade e de gênero	No Rio Grande do Sul [...] os registros de tentativas de feminicídio cresceram ainda mais: em 2016, houve 263 e, em 2018, 355 . Em 2017, o indicador de proporção de horas dedicadas em trabalho doméstico não remunerado e cuidados de pessoas

		<p>mostra que, no RS, os homens, em todas as faixas etárias, ocupavam a metade do tempo, relativamente às mulheres. É exceção o grupo de 60 anos ou mais, em que essa relação alcançava 60% (p. 72-73).</p>
6	<p>Água potável e saneamento</p>	<p>É possível avançar na eficiência do uso da água na RMPA, por meio do monitoramento das perdas na distribuição. Especificamente na área urbana, 39,74% dos domicílios no RS tinham rede coletora. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS), apenas 114 dos 497 municípios gaúchos tinham sedes municipais atendidas com esgotamento sanitário em 2017. O RS ainda carece muito de sistemas de redes coletoras e de estações de tratamento de esgoto.(p.74-75)</p>
7	<p>Energia limpa e acessível</p>	<p>No RS, em 2015, 99,9% da população tinha acesso à eletricidade. O percentual das pessoas que utilizavam combustíveis e tecnologias limpas que não prejudicam a qualidade do ar doméstico (ao contrário do carvão, da lenha e da querosene) para cozimento, aquecimento e iluminação só era relevante, no Brasil, para o primeiro uso. Pela PNAD, em 2015, no RS, esse percentual era de 93,2. Em</p>

		2015 as energias renováveis correspondiam a 52,9% no Brasil, e do RioGrande do Sul 34,1%. (p. 75)
8	Trabalho descende e crescimento econômico	Em 2015 e 2016, no RS as taxas de crescimento real do PIB per capita nesses dois anos foi negativo: - 5,1% e -2,9%, conforme dados do IBGE e SEPLAG/DEE. Esse indicador está relacionado com o objetivo de aumentar a produtividade mediante a diversificação, modernização tecnológica e inovação, focando em setores de alto valor agregado e intensivos em mão de obra. (p.77)
9	Indústria , inovação e infraestrutura	No RS, dados da Pesquisa da Inovação (Pintec) apontam que [...] os dispêndios do Governo Estadual em ciência e tecnologia (C&T), em relação ao PIB, são menores do que a média dos governos estaduais no Brasil. De 2010 a 2016, o dispêndio do governo estadual variou de 0,02% do PIB para 0,10%, enquanto a média dos governos estaduais em 2016 foi 0,32%. A participação no Valor da Transformação Industrial (VTI) da

		<p>indústria de transformação do RS passou de 35,3% em 2007 para 30,2% em 2017. (p.77-78)</p>
10	<p>Redução das desigualdades</p>	<p>Em 2017 no RS, a desigualdade de renda é menor (0,492), ao passo que, especificamente em Porto Alegre, há mais desigualdade do que no Brasil como um todo (0,563). De acordo com o Gini, a desigualdade aumentou de 2015 para 2017. No Brasil, era de 0,491, no RS, era 0,454, e na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), de 0,478. [...] Em 2018, as mulheres sofriam mais com a desocupação do que os homens tanto no Brasil (14,1% versus 11,2%), quanto no Rio Grande do Sul (9,7% versus 6,8%). (p.71-72).</p>
11	<p>Cidades e comunidades sustentáveis</p>	<p>A proporção de população urbana vivendo em assentamentos precários, assentamentos informais ou domicílios inadequados no RS, segundo o Censo Demográfico 2010, era de 31,1%. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2019a), em 2015, no RS, 1,2% dos domicílios particulares permanentes tinha</p>

		adensamento excessivo (na RMPA, esse número subia para 1,5%). (BRASIL, 2018). (p.78-79)
12	Consumo e produção responsáveis	Em relação à redução de geração de resíduos [...] Na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) de 2011, 132 municípios aparecem com programa, projeto e/ou ação de coleta seletiva de lixo desenvolvido pela administração municipal em atividade para todo o município, 91 para toda a área urbana da sede municipal, 11 para alguns bairros da área urbana da sede municipal e 13 em bairros selecionados (quatro foram classificados como outra situação), totalizando 251. (p.75-76)
13	Ação contra a mudança global do clima	No RS, em 2013, o número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres foi de 32,8 por 100 mil habitantes, o dados do Sistema Integrado de Informações Sobre Desastres (S2ID) (BRASIL, 2017). Em 2013, 32,8% dos governos locais adotavam e implementavam estratégias locais de redução de risco

		de desastres, havendo espaço para os municípios serem incentivados nesse sentido. (P. 76)
14	Vida na água	(P. 76)
15	Vida terrestre	(P.76)
16	Paz, justiça e instituições eficazes	Os dados de 2015 mostram que o número de vítimas de homicídio intencional, por 100.000 habitantes, era de 28,7 no Brasil, de 23,4 na Região Sul e de 27,0 no RS. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2018) mostra que nos dois anos seguintes, 2016 e 2017, essa taxa foi de 25,3 no Estado. As taxas de estupro, segundo o Anuário (2018), cresceram de 2016 a 2017, passando de 36,1 para 38,6. A taxa, por 100 mil habitantes, de armas apreendidas divulgada pela Secretaria de Segurança Pública do RS foi de 65,1 em 2016 e 83,7 em 2017. (P. 79-80)

17	Parceria s e meios de implementação	Adaptadas às finanças do Estado, no Setor Público Consolidado do Estado do Rio Grande do Sul, as receitas tributárias, na média do período compreendido entre 2009 e 2018, cobrem proximadamente 77% das despesas estaduais (excetuada a parcela intraorçamentária). No ano de 2016, embora o crescimento econômico não tenha sido retomado, houve aumento das alíquotas de ICMS e ITCMD, além de mudanças na legislação do IPVA, o que repercutiu positivamente na receita. Pelo lado da despesa, a suspensão do pagamento da dívida, aliada a outros esforços para conter o crescimento dos gastos permitiram o retorno do indicador aos patamares anteriores (p.80-81).
----	--	--

N R ODS	Título	META PARA 2030 CONTIDA NO PPA RS 2020-2030
1	Erradica r a pobreza	Para tirar 1,5 milhão de pessoas da pobreza no RS, seria necessária a transferência de aproximadamente R\$ 285 milhões mensais, ampliando as rendas dessas pessoas, em média, em R\$ 187 por mês. A meta para 2030 é de reduzir pela metade esse contingente, ela abrangeria cerca de

		750 mil gaúchos (P. 66-67).
2	Fome zero e agricultura sustentável	Boa parte das metas do Objetivo 2 está associada ao desempenho da produção agrícola, com foco na ampliação sustentável e inclusiva da produtividade e da renda do setor, valorizando a pequena produção e a manutenção do ecossistema e da diversidade genética, fortalecendo, ainda, a capacidade de adaptação às mudanças climáticas e de desenvolvimento tecnológico com pesquisa e extensão de serviços agrícolas (P.67).
3	Saúde e bem-estar	Reduzir a mortalidade materna para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos, o RS vinha, desde o ano 2000, cumprindo a meta, tendo apresentado uma grande queda em 2011 e 2013. Nos anos seguintes, manteve-se com uma taxa de cerca de 40 mortes, de acordo com os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). Reduzir a mortalidade neonatal para até 12 por 1.000 nascidos vivos e também a

		mortalidade de crianças menores de cinco anos para até 25. (p. 67)
4	Educação de qualidade	Para alcançar a meta, é necessário que os quase 12% de crianças de cinco anos que não frequentavam a escola em 2016, no RS, tenham acesso a esse serviço em 2030. garantir que todas as crianças completem o ensino fundamental e o médio, de forma gratuita, equitativa e de qualidade, e que esses estudos conduzam à aprendizagem relevante e eficaz. garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de Matemática. (p.69-70).
5	Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Eliminar todas as formas de violência contra mulheres e meninas. reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado por meio da disponibilização de serviços públicos,

		<p>infraestrutura e políticas de proteção SOCIAL, bem como da promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família. (p. 72-73).</p>
6	<p>Água potável e saneamento</p>	<p>Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todo. alcançar o acesso universal e equitativo à água potável e segura. alcançar o acesso ao saneamento e higiene adequados, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade. A garantia de acesso a esses serviços básicos é também uma das metas do Objetivo 1, que trata da eliminar a pobreza. (p.74-75).</p>
7	<p>Energia limpa e acessível</p>	<p>Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável. Assegurar o acesso universal e a preços acessíveis aos serviços de energia. aumentar a participação de energias renováveis na matriz energética global. Dobrar a taxa da eficiência energética, isto é, apresentar relação menor entre oferta de energia e Produto Interno Bruto (PIB) (o que significa maior renda gerada pela economia com menor</p>

		gasto energético). (p. 75).
8	Trabalho descendente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente (p.77)
9	Indústria , inovação e infraestrutura	Modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados. Fortalecer a pesquisa científica e melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais, incentivando a inovação e aumentando o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento, assim como os gastos públicos e privados nesse âmbito. (p.77-78)

10	Redução das desigualdades	Diminuir até 2020 a proporção de jovens sem emprego, assim como sem educação ou sem formação (p.71-72).
11	Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, assim como visa ao acesso a serviços básicos e à urbanização das favelas. Meta de reduzir o impacto ambiental negativo nas cidades. (p.78-79)
12	Consumo e produção responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. Metas relativas a planos nacionais ou acordos multilaterais internacionais. (p.75-76)
13	Ação contra a mudança global do clima	Medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos. Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais — o que também consta nos Objetivos 1 e 11. (P. 76)

14	Vida na água	Conservação e ao uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável (P. 76)
15	Vida terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e da perda de biodiversidade (P.76).
16	Paz, justiça e instituições eficazes	Sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionando acesso à justiça para todos e construção de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.[...]Acabar com abuso, exploração, tráfico humano, bem como todas as formas de violência e tortura contra crianças. Promoção do Estado de Direito e à garantia de igualdade de acesso à justiça para todos. O desenvolvimento de instituições eficazes, responsáveis e transparentes. assegurar o acesso público à informação. (P. 79-80)

	17 Parceria s e meios de implementação	Fortalecer a mobilização de recursos internos para melhorar a capacidade para arrecadação de impostos e outras receitas. Aumentar a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis (desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica, etc.) e de se valer de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o PIB e apoiem a capacitação estatística correspondem a algumas ações em fase de implementação, além de outras possíveis.(p.80-81)
--	--	---

ANEXO II – Trechos extraídos das publicações Cadernos ODS, IPEA.

NR ODS	Título	CADERNOS ODS - IPEA - DIAGNÓSTICO E METAS
1	Erradicar a pobreza	A incidência da pobreza extrema no Brasil (7,4% em 2017) é maior do que a observada tanto na América Latina e Caribe como um todo (4,1% em 2015) quanto no grupo de países de renda média-alta, que inclui o Brasil (1,7% em 2015) (IPEA, 2019, p. ?).
2	Fome zero e agricultura sustentável	O IBGE dispõe de estatísticas sobre prevalência de segurança alimentar para os anos de 2004, 2009 e 2013. Os dados de 2013 são os indicadores de segurança alimentar mais recentes. Há indícios de que a proporção da população vivendo em situação de pobreza apresentou um crescimento de 26,3 milhões para 27,5 milhões entre 2016 e 2017 (IPEA, 2019, p. 8-9).
3	Saúde e bem-estar	A mortalidade neonatal (até 28 dias de vida) declinou, no período 1990-2015, de 23,1 para 9,4 óbitos por 1 mil nascidos vivos, oscilando para 9,6, em 2016, e 9,5, em 2017. A morbidade e a mortalidade, aferidas pelos indicadores propostos, ainda se encontram em níveis muito elevados em vista das metas a serem atingidas e afeta, desproporcionalmente, os grupos populacionais mais vulneráveis, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. (IPEA, 2019, p.10).

4	Educação de qualidade	A primeira meta do ODS 4 pressupõe a universalização do acesso ao ensino fundamental e médio. A universalização do ensino fundamental era uma meta do ODM 2 que foi cumprida pelo Brasil, pois, em 2016, 98% das crianças de 6 a 14 anos estavam matriculadas no ensino fundamental (IPEA, 2019, p. 9).
5	Igualdade de gênero	O fenômeno da violência contra as mulheres é presente em nossa sociedade sob diferentes formas e demanda políticas de enfrentamento distintas. Ocorre que, no caso dos registros de ocorrências policiais, não há no país um sistema nacional único que reúna todas as informações registradas nas 27 secretarias estaduais de segurança pública. Há divergências, inclusive, quanto à tipologia adotada em cada uma destas (IPEA, 2019, p. 10).
6	Água potável e saneamento	A oportunidade trazida pela Agenda 2030 e seus ODS é também a de implementar ações integradas para a gestão da água, articulando os planos de recursos hídricos com os de saneamento básico, resíduos sólidos, irrigação e mudanças climáticas, o que parece ser o caminho mais curto, possível, inclusive no contexto do PPA (IPEA, 2019, p. 29).
7	Energia limpa e acessível	A geração de energia elétrica por fontes renováveis (hidráulica, eólica, biomassa, solar e outras) alcançou 80,4% da oferta total em 2017, com participação predominante da fonte hídrica – 65,2%, incluindo a importação de

		eletricidade de Itaipu (IPEA, 2019, p. 8).
8	Trabalho descente e crescimento econômico	<p>A taxa de desocupação foi calculada pela razão entre o total de desempregados e o total da população economicamente ativa para a faixa etária de 15 anos ou mais. A taxa de desocupação para os homens era de 10,1% em 2016. Entre as mulheres, 13,3% se encontravam desocupadas no mesmo período. Percebe-se também que a taxa de desocupação diminui bastante com a idade. Entre os jovens com idade entre 15 e 17 anos, a taxa de desocupação era de 39,1% em 2016. Para o grupo com idade entre 18 e 24 anos, a taxa de desocupação já diminui para 25,1%, sendo igual a 7,1% para os trabalhadores entre 40 e 49 anos. No grupo etário mais velho, com 60 anos ou mais, a taxa de desocupação, em 2016, era de apenas 3,5% (IPEA, 2019, p. 9).</p>

9	Indústria, inovação e infraestrutura	<p>Meta 9.2 (Brasil) – Até 2030, promover a atividade econômica inclusiva e sustentável e a atividade de alta complexidade tecnológica, com foco na elevação da produtividade, do emprego e do produto interno bruto, e com melhora nas condições de trabalho e na apropriação dos ganhos de produtividade advindos. A meta 9.2 passou por uma adequação significativa para o país, pois havia o entendimento de que, mais que se concentrar na indústria stricto sensu, para o desenvolvimento inclusivo e sustentável, a política deveria se concentrar em: aumento da produtividade, geração de emprego e elevação do PIB. Do ponto de vista da meta da ONU, e de seus indicadores globais, o Brasil encontra-se em movimento contrário, já que o valor adicionado (VA) da indústria de transformação em proporção do PIB apresenta uma tendência de queda no período 2010-2015, tendo passado de 12,7% para 10,8%, respectivamente. Em 2016, estimativas preliminares elaboradas pelo Ipea mostram que esta tendência se mantém, sendo de 10,6% (IPEA, 2019, p. 11).</p>
---	---	--

10	Redução das desigualdades	<p>Com o aumento do desemprego desde 2015, vem crescendo a proporção de domicílios sem renda do trabalho de 19,0%, no final de 2014, para 22,5%, no segundo trimestre de 2018. Assim, um número crescente de domicílios depende exclusivamente de outras fontes de renda. Quando se considera o rendimento domiciliar per capita de todas as fontes de renda, cuja informação está disponível na PNAD Contínua para 2016 e 2017, o quadro é bastante diferente. Entre esses dois anos, o rendimento domiciliar per capita de todas as fontes para os 40% mais pobres caiu 1,2%, enquanto que a média nacional subiu 2,5%, e para os 10% mais ricos aumentou 7,5%. Dessa forma, enquanto em 2016 os 40% mais pobres possuíam uma renda domiciliar per capita que representava 22,3% da média nacional, em 2017 essa relação caiu para 21,5%. Em comparação com os 10% mais ricos, a relação caiu de 6,0% para 5,5% entre 2016 e 2017 (IPEA, 2019, p. 9).</p>
11	Cidades e comunidades sustentáveis	<p>Há temas de menor visibilidade, como o papel do patrimônio cultural e natural e das relações entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, na prosperidade das cidades. Mesmo o tema das cidades compactas e bem planejadas ainda é um pouco abordado na agenda de desenvolvimento das cidades no Brasil. Como exceção, vale lembrar do exemplo do planejamento urbano de Curitiba, caso considerado modelo no tema de urbanização</p>

		sustentável e na integração de planejamentos de uso do solo, do transporte e do meio ambiente (IPEA, 2019, p. 36).
12	Consumo e produção responsáveis	O Caderno ODS 12 não foi localizado.
13	Ação contra a mudança global do clima	O número de desastres naturais no Brasil ao longo de quase uma década e meia, entre 2003 e 2018, e confirma a percepção comum de que o número de desastres naturais no Brasil vem crescendo. De um total de 34.031 desastres registrados nesse período, 10.827 (31,8%) ocorreram entre 2003 e 2009 e 23.204 (68,2%), nos anos finais do período, entre 2010 e 2018. Diferentemente do que se apregoava no passado, que o Brasil não tinha desastres naturais, constata-se que tem e que, não raro, é de gravidade severa (IPEA, 2019, p. 10).

14	Vida na água	Retornando à questão do marco zero, e como já informado, o Brasil dispõe de informações apenas para a meta 14.5, que será tratada a seguir. Meta 14.5 (ONU) – Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível. Meta 14.5 (Brasil) – Até 2020, conservar pelo menos 25% das zonas costeiras e marinhas, principalmente áreas de especial importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens marinhas mais amplas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível (IPEA, 2019, p. 9-10).
15	Vida terrestre	O Caderno ODS 15 não foi localizado.

16	Paz, justiça e instituições eficazes	e suas doze metas visam a construção de um mundo mais pacífico, democrático e igualitário. No Brasil, mesmo contando com os limitados indicadores para as doze referidas metas, é possível perceber avanços, dificuldades e desafios. Os desafios extrapolam os problemas relacionados a este ODS, incluindo a situação fiscal do Estado brasileiro, um deficit histórico de cidadania e indicadores sociais ruins, como podem ser verificados nos outros cadernos ODS. Frente ao problema da violência, além dos desafios já mencionados anteriormente, as dificuldades incluem a falta de informações. Não foi possível, por exemplo, construir um indicador para estupro, crime que atinge sobretudo as mulheres, pois, assim como para outros crimes violentos, há forte subnotificação nos registros policiais e não são realizadas periodicamente pesquisas de vitimização (IPEA, 2019, p. 63).
----	---	---

17	Parcerias e meios de implementação	<p>As metas do ODS 17 da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável estão agrupadas em cinco temas complementares: finanças, tecnologia, capacitação, comércio e questões sistêmicas. As metas associadas às questões sistêmicas ainda se subdividem em três grupos: a coerência de políticas e institucional; as parcerias multissetoriais; e os dados, monitoramento e prestação de contas. Serão apresentadas as metas, conforme os grupos aos quais pertencem. No caso brasileiro, o grupo que conduziu a adaptação da meta 17.1 entendeu que as melhorias de arrecadação implicariam um sistema tributário mais simples, efetivo e equitativo, devendo ser reforçadas por meio de reformas nas legislações tributárias e nas políticas públicas para o setor. Tal sistema deve permitir também que a arrecadação seja sustentável, para cobrir as despesas e reduzir o déficit público, contribuindo para que haja recursos suficientes para o alcance das demais metas dos ODS. (IPEA, 2020, p. 6-7).</p>
----	---	---

6. REFERÊNCIAS:

ABRUCIO, F. L. **Desafios contemporâneos para a reforma da administração pública brasileira.** In: PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon. (Org.). Administração Pública coletânea. SAO PAULO; BRASILIA: UNESP; ENAP, 2010, v. 1, p. 537-548.

AGUIRRE, Lauriane; LEMOS, Gustavo. **A conferência de Joanesburgo: 04 de setembro de 2002.** Revista de Relações Exteriores. Paulínea: 2021. ISSN 2763-9975. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/conferencia-joanesburgo-4-setembro-2002/> >. Acessado em Ago.2022.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 10.Nov.2020.

_____ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/decreto/d8892.htm

Decreto de criação da CNODS 2016

_____. Agência Nacional do Águas (Brasil). **ODS 6 no Brasil: visão da ANA sobre os indicadores** / Agência Nacional de Águas. – Brasília: ANA, 2019. 94 p.: il. ISBN: 978-85-8210-058-5. Disponível em: <<https://www.gov.br/ana/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/ods6/ods6.pdf>>. Acesso em 18 nov. 2021.

_____. Agência Nacional do Águas (Brasil). **Entenda a Rio+10: De Estocolmo a Joanesburgo.** Clique Rio+10: entenda a cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável/ Agência Nacional de Águas. – Brasília: ANA, 2002. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/acoesadministrativas/relatoriogestao/rio10/riomaisdez/index.php.35.html>>. Acesso em Mar. 2022.

_____. **O que são dados abertos?** Portal brasileiro de dados abertos. 2022. Disponível em: <https://dados.gov.br/pagina/dados-abertos>. Acessado em Ago.2022.

_____. **PPA 2016-2019.** Ministério da Economia. Brasília, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/777/242/1/PPA%20-%202016-2019.pdf>>. Acesso em Set. 2021.

COUTO, Leandro Freitas; CARDOSO JR., José Celso Pereira. **A função dos planos plurianuais no direcionamento dos orçamentos anuais : avaliação da trajetória dos PPAs no cumprimento da sua missão constitucional e o lugar do PPA 2020-2023.** Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990- ISSN 1415-4765. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9801>>. Acesso em: 01 Set. 2021.

CHIMHOWU, Admos O.; HULME, David.; MUNRO, Lauchlan T. **The New National development planning and global development goals: process and partnerships.** World Development Journal. Aug, 2019. v. 120. p. 76-89. Disponível em: < <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2019.03.013>> . Acessado em Jul. 2021.

DAGNINO, Renato Peixoto. **Planejamento estratégico governamental.** 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012. 166p. ISBN: 978-85-61608-85-9.

DUARTE, Regina H. **“Turn to pollute”:** poluição atmosférica e modelo de desenvolvimento no “milagre” brasileiro (1967-1973). Tempo, Rio de Janeiro, v.21. n 37. Jan-Jun, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2015v213710>. Acessado em Jun.2022.

GONTIJO, V. **Instrumentos de Planejamento e Orçamento.** Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/planejamento>>. Acesso em 10. Nov.2020.

HEIDEMANN, Francisco G. **Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento.** In: SALM, José F. Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UNB, 2009. ISBN 9788523009069.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cadernos ODS: ODS 1 - Acabar com a Pobreza em Todas as suas Formas, em Todos os Lugares.** Brasília: Ipea, 2019. Disponível em:<
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190524_cadernos_ODS_objetivo_1.pdf>. Acesso em Nov. 2021.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cadernos ODS: ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável.** Brasília: Ipea, 2019. Disponível em:<
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190625_cadernos_ODS_objetivo_2.pdf>. Acesso em Nov. 2021.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cadernos ODS: ODS 3 – Assegurar uma vida saudável e promover o bem estar para todas e todos em todas as idades.** Brasília: Ipea, 2019. Disponível em:<
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190829_cadernos_ODS_objetivo_3.pdf>. Acesso em Nov. 2021.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cadernos ODS: ODS 4 – Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.** Brasília: Ipea, 2019. Disponível em:<
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190711_cadernos_ODS_objetivo_4.pdf>. Acesso em Nov. 2021.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cadernos ODS: ODS 5 – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.** Brasília: Ipea, 2019. Disponível em:<
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190905_cadernos_ODS_objetivo_5.pdf>. Acesso em Nov. 2021.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cadernos ODS: ODS 6 – Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.** Brasília: Ipea, 2019. Disponível em:<
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190524_cadernos_ODS_objetivo_6.pdf>. Acesso em Nov. 2021.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cadernos ODS: ODS 7 – Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.** Brasília: Ipea, 2019. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190502_cadernos_ODS_objetivo_7.pdf>. Acesso em Nov. 2021.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cadernos ODS: ODS 8 – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todas e todos.** Brasília: Ipea, 2019. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190920_cadernos_ODS_objetivo_8.pdf>. Acesso em Nov. 2021.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cadernos ODS: ODS 9 – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.** Brasília: Ipea, 2019. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190524_cadernos_ODS_objetivo_9.pdf>. Acesso em Nov. 2021.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cadernos ODS: ODS 10 – Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.** Brasília: Ipea, 2019. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190524_cadernos_ODS_objetivo_10.pdf>. Acesso em Nov. 2021.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cadernos ODS: ODS 11 – Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.** Brasília: Ipea, 2019. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190612_cadernos_ODS_objetivo_11.pdf>. Acesso em Nov. 2021.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cadernos ODS: ODS 13 – Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.** Brasília: Ipea, 2019. Disponível

em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/191014_cadernos_ODS_objetivo_13.pdf>. Acesso em Nov. 2021.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cadernos ODS: ODS 14 – Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.** Brasília: Ipea, 2019. Disponível

em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190711_cadernos_ODS_objetivo_14.pdf>. Acesso em Nov. 2021.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cadernos ODS: ODS 16 – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.**

Brasília: Ipea, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/191114_cadernos_ODS_objetivo_16.pdf>. Acesso em Nov. 2021.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cadernos ODS: ODS 17 – Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.** Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/200408_Cadernos_ODS_17.pdf>. Acesso em Nov. 2021.

LAFER, Celso. Conferências de paz em Haia, 1899 e 1907. FGV, 2013. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONFER%C3%80NCIAS%20DA%20PAZ%20DE%20HAIA.pdf>>. Acesso em Jun2022.

LIMA, Luciana Leite; PAPI, Luciana Pazini. **Planejamento e políticas públicas: intencionalidades, processos e resultados.** 1 Ed. Porto Alegre: Jacarta, 2020. ISBN 978-65-991391-0-9 Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/212555>>. Acesso em Dez.2020.

ROMO, Carlos M. **Política, planejamento & governo.** Ed. 143. Brasília: IPEA, 1993.

ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>. Acesso em 04 set. 2021.

_____. **Declaração do milênio.** Nova Iorque: ONU, 2000. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/2000%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20do%20Milenio.pdf>. Acesso em 04 set. 2021.

_____. **Roteiro para a localização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Implementação e acompanhamento no nível subnacional.** Brasília, DF. 2016. Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/brazil/publications/roteiro-para-localiza%C3%A7%C3%A3o-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em 22 set. 2021.

_____. **História da ONU: antecessor.** Nova Iorque: ONU, 2022. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/history-of-the-un/predecessor> ONU 2022. Acesso em Jun2022.

_____. **Carta das Nações Unidas.** São Francisco: ONU, 1945. Disponível em: <<https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2009/10/Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>>. Acesso em 04 set. 2021.

_____. HANDL, Günther. **Declaration of the United Nations Conference on the human environment, and Rio declaration on environment and development.** Audiovisual Library of International Law. Los Angeles: Maio, 2012. Disponível em: <<https://legal.un.org/avl/ha/dunche/dunche.html>>. Acessado em Jun.2022.

PAPI, Luciana P.; KOHLRAUSCH, L.; SANCHEZ, Paxuca B.; DEMARCO, Diogo J. **O planejamento governamental e modelos de estado no Brasil.** In: CARDOSO JR. José C. (org.). Planejamento governamental para céticos: evidências históricas e teóricas no Brasil. 1. ed. São Paulo: Quanta, 2020. p. 17-53. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/214283/001114738.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

RAMIRO, Rodrigo C. **As agendas ODS no plano plurianual 2016-2019**. Boletim de Análise Político-Institucional, Brasília, IPEA, n. 28, p. 47-56, Abril de 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.38116/bapi28art5>>. Acesso em Nov 2021.

REZENDE, Fernando. **Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução**. In: José Celso Cardoso Jr. A reinvenção do planejamento governamental no Brasil. v.4. Brasília: IPEA, 211. Cap.2, p. 177-216. ISBN 978-85-7811-103-8.

RIO GRANDE DO SUL. **PPA 2020-2023 / Rio Grande do Sul**. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre : Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2019. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201908/01121545-ppa-2020-2023.pdf>>. Acesso em 23 set. 2021.

_____. **Boletim especial estiagem 2019-2021**. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Sala de Situação RS. Porto Alegre: Secretaria Estadual do Meio Ambiente, 2021. Disponível em: <<https://sema.rs.gov.br/upload/arquivos/202107/19175009-boletim-especial-2021-publicado.pdf>>. Acesso em 17 nov. 2021.

_____. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Região Metropolitana de Porto Alegre**. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2020. ISBN: 978-65-87878-00-3. Disponível em: < <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regiao-metropolitana-de-porto-alegre-rmpa>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

_____. Decreto Estadual nº 56.155, de 25 de outubro de 2021. **Aprova o regimento interno da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão**. Rio Grande do Sul: Assembleia Legislativa, [2021]. Disponível em: <<https://www.pge.rs.gov.br/upload/arquivos/202110/26085256-doe-2021-10-26.pdf>>. Acesso em 01 nov. 2021.

_____. **Marco Metodológico para Elaboração do PPA 2020-2023 / Rio Grande do Sul**. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre : Secretaria de Planejamento,

Orçamento e Gestão, 2019. Disponível em:
<<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202110/07174054-1-2-marco-metodologico-do-ppa-2020-2023.pdf>>. Acesso em 02 Out. 2021.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI**. Revista Ambiente e Sociedade. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S1414-753X2004000200016>> . Acessado em Dez.2021.

SANTOS, Maria H. C. **Governabilidade, governança e democracia: criação de capacidade governativa e relações executivo-legislativo no Brasil pós-constituente**. Dados, Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Out.1998. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000300003>> . Acessado em Jun. 2022.

TONI, Jackson de. **Reflexões sobre o planejamento estratégico no setor público**. Brasília: ENAP, 2021. 154 p. ISSN: 0104-7078. Disponível em:<<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6334/1/Jackson%20de%20Toni.pdf>>. Acesso em Out.2021.

VALE, Beatrice; PARES, Ariel. **A retomada do planejamento governamental no Brasil e seus desafios**. Brasília: ENAP, 2006. 2 v. ISBN 85-256-0051-2 Disponível em:<<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/808/1/Colet%c3%a2nea%20Planejamento%20e%20Or%a7amento%20-%20A%20retomada%20do%20planejamento%20governamental%20no%20Brasil%20e%20seus%20desafios.pdf>> Acesso em Out,2021.